

MANDATO XII**ATA Nº. 27/2021****SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2021**

*Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade de Braga, no grande Auditório do Altice Fórum Braga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Segunda Secretária. **MAIORIA LEGAL - A SRª. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Bento Duarte da Silva, João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Maria Manuela de Freitas Marques, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Ricardo Machado de Azevedo, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, Fausto Alves Farinha, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, João António de Matos Nogueira, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, Catarina Lourenço Ribeiro,*

Emiliano Renato Araújo Novera, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, Victor Bruno Machado Ferreira, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, Manuel António Vieira da Silva Esperança, Lília Maria Guerreiro Assunção Leite dos Santos, Sandra de Oliveira Cardoso, António Meireles de Magalhães Lima, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, Maria Ester da Silva Taveira, Daniel Fernandes Pinto, José Ferraz, José Oliveira da Silva, Manuel Gomes de Oliveira, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes de Oliveira, António Rolando Pimenta e Silva, Susana Paula Duarte Macedo, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Fernando José Ferreira Peixoto, João Lamego Moreira, César Manuel Faria Gomes, Maria José Fernandes Borges, Artur Gomes Martins, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, Dinis Filipe Gomes de Sá e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Hugo Alexandre Lopes Soares, Maria Ester da Silva Taveira, Serafim Figueiral Rebelo, Américo dos Santos Afonso, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, Fernando Manuel Martins Viana, João Diogo Fernandes Ferreira, Carlos André da Silva Alves de Sá, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, Pedro Miguel Pereira de Sousa, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José*

Miguel Ferreira da Silva, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Carla Maria da Costa e Cruz, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, João Jorge Ferreira Baptista, Paula Maria de Azevedo da Cunha, Rita Costa Pinto de Barros, Filipe Maria Ribeiro Pereira, Simão Pedro Pereira Vilaça, Maria do Carmo da Costa e Cruz, Maria Teresa de Oliveira Nogueira de Lemos, Frederico Gonçalves Amador e Ana Isabel Fernandes da Rocha. **JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** A Assembleia, em face do pedido apresentado, deliberou aceitar a justificação de falta de Manuel Pereira de Faria. **FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:** António Joaquim Tavares Fidalgo, José Pedro Gomes Bastos, João Carlos Fernandes da Rocha e Maria Elizabete Marques da Silva. **RENÚNCIA DE MANDATO:** Foi presente a renúncia de mandato de Bárbara Seco de Barros. Passou-se ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.** Neste período registou-se a intervenção do **SR. PAULO SOUSA**, para dizer que: “Dirijo-me hoje à Casa da Democracia em Braga, enquanto cidadão, um entre muitos e muitas que decidiram dizer “Basta” e afirmar aqui a vontade expressa de romper com a Indiferença. O Movimento contra a Indiferença - por uma Cidadania Ativa nasceu há precisamente dois meses - no dia vinte e cinco de Abril - quarenta e sete anos depois da Revolução que transformou Portugal numa Democracia - um regime que agora está doente, a precisar urgentemente de uma Vacina que possa combater a sistémica e sistemática ausência de uma boa parte dos portugueses e das portuguesas das Assembleias de voto, nas sucessivas eleições sejam elas para a Presidência da República, para a Assembleia da República, para as assembleias regionais e autarquias locais, seja para o Parlamento Europeu. Mais do que procurar culpados, queremos soluções. Acreditamos que o debate, o confronto de ideias, a capacidade de influenciar, o dever de dizer Não e Sim, é inerente à condição primordial da pessoa, enquanto parte integrante de uma sociedade que

cada vez mais exige, deseja e acalenta melhor Qualidade de Vida para si e para os seus. Mas é bom lembrar, como nos diz o escritor José de Paiva Netto: “A Democracia é o regime da responsabilidade”. Há razões, portanto, para neste momento nos questionarmos todos sobre o que é que estamos a fazer à Democracia que abraçamos há quarenta e sete anos. Somos responsáveis – nós cidadãos e cidadãs - por tocar a rebate no seio da nossa família, junto dos nossos amigos e dos nossos colegas de trabalho. Esta noite, dirijo-me à Casa da Democracia para fazer um apelo para restaurarmos a Confiança dos Cidadãos e das Cidadãs. Um apelo ao debate entre eleitos e eleitores: debatam os motivos desta ausência prolongada no exercício de um dos mais importantes atos em Democracia e encontrem soluções duradouras que aumentem a participação cívica dos cidadãos e cidadãs nas vossas comunidades. “O voto não é apenas o exercício da Cidadania, é um exercício de poder” - como nos lembra o Pensador, Fernando Scheuermann - o poder de escolher, de decidir sobre o que queremos e para onde queremos ir. Podemos fazer mais, temos de fazer mais e melhor. Os números da abstenção, nas últimas eleições autárquicas, rondam os quarenta e cinco por cento - motivo de alarme para não cruzarmos os braços - mais do que lamentar. Já não será possível para as próximas eleições autárquicas, limpar os cadernos eleitorais dos que foram falecendo e já não se encontram entre nós, para termos uma visão correta e real da Abstenção, mas é possível repensar no modelo de organização das assembleias de voto, desenvolvendo uma política de proximidade, multiplicando os espaços disponíveis para o exercício do voto. Se hoje estamos aqui para vos confrontar com esta realidade, apraz-me dizer e saudar que na sociedade civil, os empresários se uniram para darem o seu contributo a esta campanha contra a Indiferença. Saúdo os presidentes das Associações empresariais de Braga e do Minho que se prontificaram a lançar

uma campanha nas empresas de apelo ao Voto. É lá que encontramos a maioria de nós. É lá, também, que podemos fazer a Diferença. Mas também no comércio onde se espera que muitas lojas adiram a este apelo. Saúdo os inúmeros docentes das universidades e do ensino secundário que subscreveram este Manifesto - muitos deles envolvidos em projetos de sensibilização e de literacia para a Cidadania Ativa. O futuro da nossa Democracia também depende do que formos capazes de fazer HOJE. Sabemos como é difícil percorrer o caminho necessário à inversão dos números da abstenção; sabemos que as causas são múltiplas, mas temos a responsabilidade de não desistirmos dos que hoje se afastam. Não podemos desistir. Não desistam! Temos a responsabilidade enquanto Democratas de tudo fazer para combater a tendência para os que em Portugal não rejeitam uma Autocracia como modelo de governação, como nos revela o último estudo “Os valores dos portugueses”, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O mesmo estudo que nos diz que os portugueses aderem de forma robusta à Democracia, numa aparente contradição que os investigadores consideram residir na definição imperfeita da Democracia. Diria mais: temos um défice na literacia democrata. São motivos mais do que suficientes para nos mobilizarmos todos sem exceção neste combate contra a Indiferença. A Casa da Democracia neste concelho, como em todos os outros, fiscaliza e aprova a ação dos executivos municipais, mas sabemos que o seu papel não é tão valorado quanto devia ser. Como refere o presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais, porventura, este órgão é “o elo mais esquecido do poder local” e no entanto a sua ação é fundamental. Também aqui, podemos reforçar o exercício democrático e o alargamento da participação dos cidadãos e das cidadãs. Estou aqui, como disse, como cidadão, para apelar uma vez mais à união de todos perante esta emergência que não se circunscreve apenas a Braga. É

Nacional. Podemos fazer a Diferença. Podemos e devemos. Termino, citando o político norte americano Alfred Emanuel Smith: “Os Males da Democracia combatem-se com mais Democracia”. Bem Hajam”. Seguiu-se a segunda intervenção proferida pela **SRª. SÓNIA ISABEL GOMES MARINHO**, para referir: “Começo por deixar os meus mais respeitosos cumprimentos a todos os presentes. O meu nome é Sónia Marinho e sou uma das fundadoras da associação para a proteção de animais errantes de Braga. E aqui, haverá necessariamente um relaxamento, por se tratar de animais. Animais que protegemos, de acordo com a lei. Eu diria, muito mais do que a própria lei. De modo que a maioria dos presentes passará os próximos cinco minutos a fingir atenção. Prossigamos, então, ainda que nesse pressuposto. Braga tem um grave problema no que toca a esta temática e se não fosse a nossa intervenção, e de outros, o problema seria de índole maior. Como é do conhecimento de alguns, há mais de dez anos que a nossa associação atua na cidade de Braga levando a cabo ações de captura e esterilização de gatos de rua. E se o atual cenário é de total descontrolo da população de gatos errantes, é certo afirmar que pior estaríamos, não fossem os milhares de gatos que ao longo destes anos esterilizámos a expensas próprias. Certo é que ainda todos nos recordamos que era com recurso ao abate indiscriminado de animais saudáveis que, há bem poucos anos, este município tentava mitigar a sobrepopulação de animais de rua. Pois se não se consegue resolver o problema com o abate, se não se conseguiu resolver ainda com as ações de esterilização levadas a cabo, perguntámos: como foram países da Europa como a Alemanha, Holanda, Suíça, Reino Unido, entre outros, capazes de resolver o problema da sobrepopulação de animais e não ter, presentemente, animais errantes? A resposta é simples: com programas CED de esterilização em massa. O Programa CED (que significa capturar, esterilizar, devolver) é aplicado

para controlar, através da esterilização, o crescimento das colónias de gatos silvestres que habitam as zonas populacionais e que beneficiam da ajuda de cuidadores que os alimentam e monitorizam. Quando falo em programas efetivos e eficientes, não me refiro a pseudo-programas que maquilham a situação ao invés de genuinamente a tentar resolver. E concretizo: Um - não é com esterilizações a serem pagas pela nossa câmara quase ao triplo do preço que é pago por outras câmaras que vamos conseguir; Dois - não é com verba desnecessariamente gasta em testes FIV e Felv, à boleia dos caprichos da Sra. veterinária municipal, que vamos conseguir; Três - não é com a Agere a capturar ninhadas e a deixar as progenitoras a parir na rua, que vamos conseguir; Quatro - não é com a Agere a dizer aos munícipes que não faz CED e a limitar-se a enjaular gatos assilvestrados “ad infinitum” para calar as reclamações dos munícipes, que vamos conseguir. No que concerne à Agere, é curioso que sucessivas tentativas, de diferentes entidades, para aceder aos documentos que regulam a concessão da responsabilidade dos animais à empresa do lixo, acabem sempre sem resposta. Se calhar, porque tais documentos não existem sequer. Mas pode ler-se no site da CMB: Todos os serviços relacionados com a captura, recolha e restituição para adoção de animais no concelho de Braga, são da responsabilidade da Agere-EM. Quem diz? Onde está escrito? Desconhece-se. O fenómeno mais recente que ocorre no CRO é dizer-se aos munícipes que se queixam que há mais uma ninhada aqui ou que há mais um sem número de gatos ali, que não vão intervir porque aquela colónia é da responsabilidade da associação A ou B. Hilariante. Poderíamos dizer que é hilariante esta nova moda, não fosse ridícula e insidiosa. A entidade responsável pelos animais errantes demite-se da sua responsabilidade e diz aos munícipes que aqueles animais são da responsabilidade das associações!!! As mesmas que de forma totalmente

voluntária se substituem àquela que é a responsabilidade da CMB num árduo trabalho diário de captura, manejo, transporte, recobro e tratamento dos animais da rua. “Estou sim, bom dia, CRO de Braga - sim, olhe, aqui na minha rua há uma colónia de gatos, as gatas estão sempre a parir, não podem esterilizar? - não, minha senhora, nós não fazemos isso, tem que falar com as associações”. “Estou sim, bom dia, CRO de Braga - sim, olhe, aqui na minha rua há uma gata prenha, não podem esterilizar? - não minha senhora, a zona de Nogueira e toda ela da Saquetas de Rua, tem que contactar essa associação, eles é que são responsáveis por todo e qualquer gato que apareça por aí, está bem? Meus senhores, se da mulher de César se diz que não basta ser séria, é preciso parecer, deste município, ao fim de quatro anos de colaboração no programa CED, podemos dizer que pouco mais resta do que aparência. Todo o trabalho que seria da responsabilidade do município é delegado às associações de voluntários, a verba para os animais de rua é insuficiente face à dimensão do problema, as medidas são avulsas e a descoordenação é total. As entidades não comunicam e por mais do que uma vez vimos a Agere a colocar armadilhas para capturar animais de colónias que sabiam estar a ser controladas por nós, numa profunda falta de respeito pelo nosso trabalho. Por tudo isto, pedimos, cumpram a lei e façam mais do que lançar amiúde notícias ao jeito de cherry picking, dizendo que Braga tem as melhores políticas de proteção de animais do país. Porque não, não é verdade. E em suma dizemos: nestes moldes, não estaremos disponíveis para ajudar. Se, por outro lado, quiserem abordar o assunto com seriedade, cá estaremos. Mas falta de respeito pelo nosso trabalho, isso não podemos tolerar. Iremos continuar na nossa demanda pela dignidade dos animais errantes. Fazemo-lo porque conhecemos o sofrimento que espera todos os animais que nascerão na rua. Se a vós não vos acomete a EMPATIA, então, desculpem, não

*entendo para que vos serve tudo o resto”. A terceira intervenção foi protagonizada pelo **SR. JOAQUIM DA SILVA PEREIRA**, para dizer que: “Há sete anos pedi à Câmara, ao atual Presidente, para tentar resolver um problema numa rua que liga Vilaça a Sequeira, chamada rua da estrada. Sete anos depois está exatamente igual. Será que aquelas pessoas que lá habitam não pagam impostos? Será que são discriminados? Aquela rua e já venho a apelar há sete anos, pena que o Sr. Presidente não esteja aqui, mas está alguém a representá-lo, para poder responder como é que ela ainda não consegue ser feita. Talvez meia dúzia de carrinhos de alcatrão resolviam o problema. Para sair de Vilaça para Sequeira temos que ir à rotunda, passando pela igreja, quando podemos ir para Barcelos, para Vilaça aquilo é ótimo, para Sequeira também, sair para Tadinham aquilo está igual, simplesmente andam lá os homens que lá trabalham a guiar enxurreiros. É pena porque as pessoas pagam impostos e ao fim de sete anos está exatamente igual. Há sete anos dizia na Assembleia Municipal e aqui neste sítio, que era obra do mandato, porque no passado, a estrada foi feita, deixaram lá o caminho, a rua da estrada, esteve anos cheia de entulho e há coisa de meia dúzia de meses limparam aquilo e congratulo-me com esse tipo de trabalho. Mas não posso passar sete anos e ver a rua exatamente igual, quando havia promessas das pessoas. Pergunto a esta assembleia municipal, aos Senhores Deputados se numa freguesia quando pensam deitar um templo abaixo se é necessário licenciamento, se é necessário pôr algum placard de licenciamento de obras e projeto, porque isto passa-se no concelho de Braga, coisa que não se passou no outro mandato de outra gerência, não desta. As coisas são como são e depois nós é que pagamos isso, porque não se compreende numa freguesia, e não vou citar qual, e as pessoas que se deem ao cuidado de ver na internet, deitar um templo abaixo, quando há vinte anos foram lá gastos à volta de oito mil contos, numa*

pavimentação, nem bancos foram colocados, está aqui um deputado na Assembleia que o sabe, fazia parte desse executivo, do anterior e aquilo foi tudo para o lixo. Ninguém dá respostas foi dinheiros a fundo perdido. Eu pergunto, porque é que afinal aqui vocês na Assembleia, que são deputados, fazem votações para fazer essa grave extravagância. O país não é assim tão rico, por conseguinte têm que fazer aqui uma vistoria a esses pontos que eu aqui estou a citar. Há um outro ponto que não posso deixar passar ao fim de três anos e meio, se for eleito executivo e se deparar na tomada da minha posse a falta de atas, contas que não estão corretas, qual é o apoio que a Assembleia, a Câmara vai dar a quem é eleito? Porque as pessoas nas assembleias de freguesia parece que têm medo, têm medo e não sei porquê, tem medo de represálias e, portanto, ficam assustadas. É nesta Assembleia Municipal que as pessoas devem pôr o problema, porque está no domínio público, é gravado, não há medo, e as pessoas dizem aquilo que têm que dizer. Congratulo-me com alguns trabalhos que esta câmara está a fazer, esta gerência, e vou citar um e aí tem uma grande cotação, foi mexer no triste mercado que nós tínhamos em Braga. Era o mercado que mais não era que um lixo. Hoje as pessoas que estão na ribalta, as oposições, aquilo mete água, é preciso ter dois palmos à frente dos olhos, para ver que aquilo foi uma distinta obra, e só por essa obra é de enaltecer este Presidente da Câmara, quer queiram quer não queiram. Sou independente já há quarenta anos, fiz executivo no tempo do passado no segundo mandato do Engenheiro Mesquita Machado, tive a coragem de vir defender aqui na última assembleia, na qual foi presidente e ele tinha tanta gente ao lado dele, vou dizer com toda a franqueza e tristeza, foi a minha voz que fechou a Assembleia Municipal. Não é para me auto exhibir, mas como cidadão bracarense, que me prezo de o ser, lutei no tempo da pobreza da minha freguesia que é Vilaça custa-me ver agora algumas coisas a ser feitas por exemplo, não

aceito obras no fim do mandato, essas obras ficam caras aos dinheiros públicos. Qualquer membro da Junta sabe que uma obra no fim do mandato custa muito mais dinheiro, porque os próprios empreiteiros se aproveitam e, portanto, não deve ser, não sou a favor. Deveriam ser feitas antes e com projetos para o cidadão daquela freguesia saber o que é que vai ser feito, não é fazer obras nas encobertas. Depois, na altura das eleições, andam as pessoas com saquinhos a dar lapiseiras e bolas a enganar o povo, não é assim que se trabalha. Eu fiz o executivo por duas vezes e nunca fiz obras em fins de mandato. Congratulo-me com o trabalho que a Sra. Presidente, é pena que o Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Rio no esteja aqui, mas saúdo-o igualmente. Parabéns pelo seu mandato”. Seguiu-se a intervenção da **SRª. ADRIANA MARTINS** para salientar que: “Estou aqui em representação dos moradores da Alameda do Fujacal. Volvidos quarenta dias da ultima Assembleia Municipal, no passado dia trinta de abril de dois mil e vinte e um, visto não termos sido contactados por ninguém desta Assembleia, exceção feita à representante do bloco de esquerda, nem da Câmara Municipal, e depois da não marcação de uma reunião pedida ao Sr. Presidente Ricardo Rio, vimos aqui entregar uma petição publica e assinada por cento e noventa e um Munícipes, para nova tentativa de resolução do problema causado pela Câmara, da construção e reparação do muro do passadiço/alpendre da nossa Alameda do Fujacal. Mais uma vez apelamos a ajuda dos partidos com assento nesta Assembleia junto da Câmara Municipal de Braga”. Na quinta e última intervenção interveio a **SRª. EUGÉNIA FERNANDES SETAS TEIXEIRA DOS SANTOS**, para dizer: “Sou candidata à Câmara Municipal de Braga pelo Chega. Gostaria de agradecer a todos os Presidentes de Juntas de Freguesia que me receberam com cordialidade e simpatia. Vocês sim, conhecem verdadeiramente o significado da palavra Democracia. Mas o que me trouxe aqui

foram dois pontos. O primeiro foi o que eu assisti na última Assembleia Municipal. O funcionamento da Assembleia Municipal é importante para o bom desempenho da atividade municipal, fiscalizando-a e contribuindo, decididamente, para a vida municipal. Ora, na última Assembleia Municipal, assistimos a uma tremenda falta de respeito, não só para com a Presidente da Assembleia e respetiva equipa, mas, também, para com o público e para com aqueles que diariamente lutam pelos bracarenses. Uma falta de respeito para com os Presidentes de Junta que lidam com o povo, conhecem os seus problemas e necessidades e que têm que ser ouvidos para melhor governar a cidade. O verdadeiro objetivo de uma Assembleia perdeu-se por completo. Os Vereadores eleitos pelo povo e o Presidente da Câmara Municipal de Braga mantiveram conversas paralelas e focaram a sua atenção nos seus dispositivos móveis durante toda a sessão o que provoca desprezo, falta de empatia, educação e preocupação com os intervenientes. As pessoas precisam de muito mais do que palavras convenientes e ditas na hora que mais vos convém. As pessoas precisam de atitudes. Por isso, decidi vir aqui e repudiar o comportamento daqueles que foram colocados nestas cadeiras pelo povo. Alguns informaram-me, quando questionados, que tal comportamento é normal. Aquilo que pedimos aos nossos filhos, aos nossos alunos, funcionários e outros para não fazer, é normal. Pois meus caros, este não é algo normal, só prova que o Chega não é de extrema direita, mas é de extrema necessidade e, por isso, faremos jus a uma máxima latina “nos non loqui de rebus novis, sed et dixit in nova via” - não falaremos de coisas novas, mas serão ditas de uma nova forma. Por último queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara de Braga que afirmou que o Chega em Braga não tem credibilidade, que não se esqueça que o Presidente é Presidente de todos os municípios, inclusive de nós, que não lhe admito que faça juízos de valor. O Chega

em Braga veio para ficar, quer gostem ou não. Viva Braga, Viva Portugal”. A **SRª. PRESIDENTE DA MESA** interrompeu a oradora, tendo salientado que não podia fazer campanha eleitoral, não era aceitável, pelo que deu por finda a intervenção. Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve início com a apresentação de um **Voto de Congratulação e Louvor**, pelo **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ORLANDO TRAVASSOS FREITAS ALCAIDE**, que salientava: “No passado dia vinte e três de maio, no jogo da Final disputada no Estádio Cidade de Coimbra, o Sporting Clube de Braga venceu, por dois - zero, o Sport Lisboa e Benfica, conquistando a Taça de Portugal, Edição dois mil e vinte-dois mil e vinte e um. Em pleno ano de celebração do Centenário da fundação, os Guerreiros do Minho, alcançando uma vitória merecida e justa na Final, escreveram mais uma página de ouro e glória da sua História, ganhando, pela terceira vez, o troféu da Prova Rainha do futebol português. Efetivamente, após as vitórias na Taça de Portugal em mil novecentos e sessenta e seis e dois mil e dezasseis, o Sporting Clube de Braga, ao triunfar, este ano, numa das competições mais emblemáticas do futebol nacional, colocou a cereja no topo do bolo dos seus cem anos de História. Um título repleto de profundo sentimento e emoção que, julgamos, ficarão, indubitavelmente, personalizados no treinador dos Guerreiros do Minho, Carlos Carvalhal: um treinador da casa, com amor pelo clube, que veio para trabalhar de forma apaixonada e que cumpriu um sonho de menino - conquistar algo importante pelo Sporting Clube de Braga -. E, além disso, um troféu que sustenta, ainda mais, a posição do Sporting Clube de Braga como um dos maiores clubes - verdadeiramente, um dos grandes - do futebol português; um troféu que enriquece e recheia, ainda mais, o notável palmarés e o museu dos Guerreiros do Minho; e um troféu que coroa, particularmente, mais de uma década marcada por vitórias

e conquistas, sob a liderança de António Salvador. Com efeito, a este propósito, é de recordar especialmente: no ano de dois mil e oito, o Sporting Clube de Braga sagrou-se vencedor da Taça Intertoto; em dois mil e dez, estreou-se na Liga dos Campeões; dois mil e onze, Vice-Campeão da Liga Europa; Nos anos de dois mil e treze e dois mil e vinte, conquistou a Taça da Liga; e, em dois mil e dezasseis - como em mil novecentos e sessenta e seis e, ora, dois mil e vinte e um -, sagrou-se vencedor da Taça de Portugal. De facto, a História do Sporting Clube de Braga está cheia de momentos de vitória, orgulho, brilho e glória, que, desejamos, continuem já, a trinta e um de julho, em Aveiro, com a Supertaça Cândido de Oliveira. Ademais, também já no próximo dia vinte e três de julho, iniciam os Jogos Olímpicos de Tóquio. E, no final de agosto, começam os Jogos Paralímpicos. A este respeito, são de congratular e louvar, calorosa e entusiasticamente, os atletas de Braga que representarão Portugal nas Olimpíadas: Tamila Holub, na Natação; José Paulo Lopes, também na Natação; Emanuel Silva, na Canoagem; e José Carlos Macedo, no Boccia. Não olvidando, evidentemente, os atletas Bracarenses relativamente aos quais há fundadas e fortes expetativas de marcarem presença nos Jogos, designadamente no Andebol. Bem como todos os atletas da nossa cidade que podem, ainda, atingir a sua qualificação para os mesmos - o que desejamos. Todos os atletas Bracarenses que participarão nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos são um exemplo de esforço e dedicação, são uns autênticos campeões e personificam, realmente, o espírito das Olimpíadas: Mais rápido, mais alto e mais forte. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em Sessão Ordinária de vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e um, delibera aprovar um Voto de Congratulação e Louvor: Um - Ao Sporting Clube de Braga – aos seus dirigentes, colaboradores, equipa técnica, atletas, sócios e adeptos, pela conquista da Taça de Portugal, especialmente em

ano do centenário da sua fundação; Dois - aos atletas Bracarenses que representarão Portugal nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio, uns verdadeiros campeões que personificam, realmente, o espírito das Olimpíadas e a quem desejamos a melhor sorte e sucesso”. Aberta a discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA SILVA PINHEIRO**, para destacar que o Partido Socialista gostaria muito de se associar àquele voto da bancada do PSD. Reviam-se, efetivamente, em todas as palavras que ali foram ditas, sobretudo, naquilo que tinha a ver com o papel do desporto enquanto agente diferenciador também da nossa sociedade, das nossas camadas mais jovens e da formação da juventude, enquanto cidadãos no contexto também de uma Cidade Educadora. Era fundamental perceberem também que Braga tinha um papel fundamental nestes Jogos Olímpicos, que iriam iniciar-se agora em variadíssimos desportos, fruto também de um trabalho que as coletividades faziam, que os Executivos, desde há muitos anos a esta parte, tinham feito também na promoção do desporto, das escolas. Não se podiam esquecer do desporto escolar, enquanto escola também não formal de educação cívica e de educação de cidadania. Isso numa primeira parte relativamente também a um dos pontos daquele voto, que como já viram também, tinha outro ponto em deliberação. Evidentemente também que gostariam de se associar a esse voto de louvor endereçado ao Sporting Clube de Braga. Era notório e era um fator de grande orgulho e de grande enobrecimento da cidade aqueles resultados que o Sporting Braga tinha atingido. Foi um ano de centenário que os orgulhava a todos, enquanto cidadãos bracarenses, independentemente das cores clubísticas que pudessem assumir no seu íntimo. “Hoje, somos efetivamente, cidadãos bracarenses e estamos extremamente honrados, extremamente orgulhosos e extremamente agradecidos ao papel que o Sporting de Braga tem feito na

promoção do desporto, mas, sobretudo, na promoção da cidade de Braga, das suas infraestruturas desportivas, do seu estádio, dos seus costumes”. Portanto, gostariam muito de se associar àquele voto se essa fosse também a vontade da bancada do PSD”. Interveio de seguida o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., RICARDO MACHADO DE AZEVEDO**, para informar que tinham um voto de louvor preparado precisamente sobre o tema dos Jogos Olímpicos e nesse sentido não parecia fazer sentido estar a fazer a sua leitura. Queria apenas dizer que, obviamente, estavam naquele voto do PSD, tanto em relação ao Sporting Club Braga como também em relação aos atletas Bracarenses que representariam o nosso concelho nos Jogos Olímpicos. Posto à votação foi o presente voto de congratulação e louvor, no ponto um, **aprovado com uma abstenção do BE** e o ponto dois, **aprovado por unanimidade**. O **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** apresentou uma **Declaração de Voto** que revelava que o seu voto, foi o seu voto, não era propriamente o voto do Bloco de Esquerda. Provavelmente, muitos camaradas seus não estariam contentes porque, eventualmente, pensavam no Sporting Clube de Braga de outra forma. Simplesmente, a promiscuidade que acontecia nos clubes de futebol e nomeadamente no clube de futebol em Braga, também, e que eram do conhecimento público, não lhes permitiam uma congratulação genérica com Sporting Clube de Braga, diretores etc. Claro que saudavam os atletas que no terreno conquistaram a Taça e compreendiam que estivessem satisfeitos por isso e que fossem merecedores, portanto, dos parabéns pela conquista. Quanto ao resto, pensava que era do conhecimento público e abstinham-se, naquela fase, demais comentários. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para proceder à apresentação de uma **Recomendação** do seguinte teor: “O Sporting Clube de Braga venceu a taça de

Portugal no passado dia vinte e três de maio de dois mil e vinte e um! Esta Assembleia acabou de aprovar um voto de louvor por tal feito e que tanto privilegiou o Clube, a Cidade e a Região! Mas o PPM considera que existiu uma Personagem que deve ser destacada pelo seu amor ao Clube, à Cidade e à Região! Falamos de Carlos Carvalhal! Carlos Carvalhal nasceu em quatro de dezembro de mil novecentos e sessenta e cinco na nossa Cidade e cresceu sempre ao lado do seu clube do Coração, o Sporting Clube de Braga! Foi jogador profissional por quinze anos e é Treinador há vinte e três anos! Durante a sua carreira, nunca se cansou de elogiar a Cidade de Braga e o Clube do seu coração! Levou o nome de Braga por onde trabalhou! Ganhou alguns títulos, mas nenhum tão importante, segundo palavras dele, como o que ganhou com o Sporting Clube de Braga! É reconhecida por todos como uma pessoa simples, humilde, racional e justa! É uma personalidade genuína e que diz sempre aquilo que lhe vai na alma! Logo após ganhar o jogo relativizou a vitória corroborando a máxima de Arrigo Sacchi e que diz que "o Futebol é a coisa mais importante dentro das coisas menos importantes" já que mais importante do que qualquer troféu, é mesmo a Vida, referindo-se à Cirurgia a que o seu Pai se tinha sujeitado horas antes do início do Jogo da final da Taça! Por essas razões, considera o PPM que Carlos Carvalhal é merecedor de uma medalha de Mérito no dia de São Geraldo e solicita à Assembleia Municipal que aprove uma recomendação ao executivo para que Carlos Carvalhal seja distinguido com a Medalha de Honra do Município no dia de São Geraldo, Padroeiro da nossa mui nobre Cidade"! Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada com três abstenções**. Interveio, depois, o **Sr. Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA** para apresentar uma outra **Recomendação**, cujo teor referia: "Temos assistido nas últimas décadas, e com maior incidência nos

últimos anos, a um incremento substancial nos processos de reabilitação de edifícios nos centros históricos, num fenómeno extensível a todo o país, mas também com particular preponderância na cidade de Braga. Se nos finais do século vinte o fenómeno de reabilitação era quase inexistente optando-se quase sempre pela construção nova em áreas periurbanas ou pela demolição completa dos imóveis centenários do centro para dar lugar a novos edifícios de qualidade e estética muito duvidosa, o paradigma altera-se profundamente a partir de dois mil e um com a aprovação da Lei da Bases do Património Cultural Português iniciando-se processos de reabilitação com um maior cuidado na preservação, conservação e salvaguarda do património arquitetónico dos centros históricos das cidades portuguesas. Infelizmente a cidade de Braga, e já com raízes nas ultimas décadas do século vinte, pareceu sempre ter muitas dificuldades na definição de uma verdadeira política de salvaguarda e preservação do Centro Histórico mesmo após a aprovação da referida Lei de Bases. Desde sempre que na cidade, e como a CDU tem vindo a denunciar ao longo do tempo, e a despeito de alguns projetos de reabilitação bem-sucedidos, a verdade é que a maior parte dos processos redunda em projetos de cariz fachadista sem qualquer respeito pela traça original dos edifícios, interiores, tipologias ou materiais utilizados bem longe daquilo que as convenções internacionais do ICOMOS preconiza para a reabilitação de Centros Históricos. Ora, por tal ser verdade, este executivo, e bem, lançou neste último mandato as bases para um novo regulamento do centro histórico que infelizmente tarda em ser remetido para aprovação final, esperando-se que por trás da não aprovação não estejam interesses mais ou menos obscuros. Efetivamente, nos projetos de reabilitação urbana de edifícios no centro histórico, e por muito que se queiram preservar traças originais, o processo de reabilitação implica sempre demolições pontuais, remodelações e alterações no interior dos

*edifícios por variadíssimos motivos, e muitos deles válidos, como sejam a adaptação das frações à realidade atual, implementação de condições de segurança e habitabilidade obrigatória ou a comodidade dos usufrutuários dos imóveis. Assim, inevitavelmente, serão sempre produzidos em sede de obra a remoção de alguns elementos arquitetónicos e de construção como arcos, colunas, padeiras, ombreiras, taipas, tabiques, lambris, azulejaria interior, madeiras, pavimentos, tetos em gesso, ferragens, batentes e outras, para a devida adaptação do projeto às condições de habitabilidade atuais. Ora todos estes elementos que muitas vezes não podem ser considerados para reabilitação em sede de projeto tornam-se a maior parte das vezes "lixo" de obra, acabando por ser destruídos. Ora estes elementos são testemunhos dos métodos construtivos dos edifícios dos últimos séculos que urge preservar e proteger. Assim, e sempre no caso de estes elementos não poderem ser objeto de recuperação e preservação em âmbito de projeto, foram criadas, em algumas cidades portuguesas, Bancos de Materiais a cargo do município, onde são recolhidos, inventariados, catalogados e preservados estes elementos para memória futura. Assim e no respeito do número um do Artigo nonagésimo terceiro da Lei de Bases do Património Cultural Português, cito "os municípios participam com o Estado na tarefa fundamental de proteger e valorizar o património cultural do povo português" a Assembleia Municipal de Braga reunida a vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e um recomenda ao executivo municipal que: - Promova a criação de um Banco de Materiais dotando-o dos meios técnicos, logísticos, humanos e orçamentais necessários para a recolha, inventariação, catalogação, e preservação de um conjunto imenso de elementos arquitetónicos que são perdidos todos os dias no âmbito da reabilitação de edifícios no centro histórico da nossa cidade". Foi dada a palavra ao **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO***

GRANJA DOS SANTOS SILVA, para salientar que a proposta apresentada pela CDU, iria merecer a sua concordância e merecia-a, porque situações idênticas tinham-se revelado uma forma adequada de aproveitar, de facto, peças que não eram integradas nos edifícios reconstruídos e tinham tido um papel extremamente importante, por exemplo, ao nível da recuperação e da preservação dum aspeto em que a nossa cidade era muito rica, eram os azulejos. E, em relação a essa matéria, pesasse embora houvesse preocupação da parte dos responsáveis camarários e muitos desses materiais que foram guardados e estavam guardados, a existência de um banco formal, julgava que traria um grau de consistência e uma riqueza de desempenho que não era de desconsiderar. Naturalmente, que não concordavam com grande parte daquilo que foi dito em sede dos considerandos, porque a Câmara de Braga tinha tido um papel ativo na preservação do património do seu centro histórico, era uma das câmaras do país e já chegou a ser a maior Câmara do país com o maior número de licenciamentos, quer para obra nova, quer para recuperação, nomeadamente no seu centro histórico. Aquilo que tinha feito foi sujeito ao parecer, nos termos da lei da CCDRN, mas de qualquer maneira, viam virtualidades naquela proposta e, sobretudo, pela riqueza da parte deliberativa, achamos que valia a pena ser aprovada e valia a pena sair daquele órgão, aquela recomendação para o Executivo. Assim, iriam, naturalmente, votar favoravelmente a proposta da CDU. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. A palavra foi dada à **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para, inicialmente, fazer um ponto prévio relativamente à recomendação que iria apresentar, tendo referido que ela surgia, naquele momento, depois de um trabalho apurado feito na Comissão de Urbanismo, relativo a uma recomendação que apresentaram em dezembro de dois mil e vinte, no que dizia respeito ao

arvoredo que existia na cidade. Não menosprezando, bem pelo contrário, valorizando o trabalho que a Comissão de Urbanismo fez a esse propósito e que iria apresentar no ponto nove da ordem trabalhos, achavam que era necessário, ainda assim, focar ainda mais na questão do arvoredo urbano, porque achavam que era pertinente e urgente preservar. Assim, recomendavam que houvesse um regulamento municipal para a intervenção no arvoredo urbano. Passou, depois, a apresentar a **Recomendação**, que dizia o seguinte: “Um pouco por todas as grandes e médias cidades do mundo, as árvores têm merecido uma redobrada atenção devido ao seu papel essencial na captura de carbono, como barreira ao ruído, como forma arrefecimento do ar nos meses mais quentes do ano, bem como são relevantes para o bem-estar psicológico de quem habita em zonas intensamente urbanizadas. Nesse sentido, multiplicam-se nas cidades as zonas verdes, os jardins e os parques, os existentes são preservados com todo o cuidado, bem como as árvores situadas nas avenidas e nas ruas. Quando necessário, procede-se ao seu transplante. A opção pelo abate é sempre a última. As árvores precisam de décadas de crescimento para a captura relevante de carbono que nos ajuda a combater a crise climática. Só as árvores adultas, com grandes copas, conseguem oferecer sombra abundante. E só essas permitem a filtração de partículas poluentes em quantidade, melhorando a qualidade do ar que respiramos. É pois, necessário plantar cada vez mais árvores, mas é também necessário cuidar das existentes. Em Braga, pode ser testemunhado por todos os munícipes que não existe um plano nem uma estratégia para o arvoredo urbano. Uma obra, uma queixa de um morador, uma iniciativa ou outro pretexto qualquer serve para abater árvores numa cidade cada vez mais impermeabilizada, cada vez mais quente no verão, com elevados índices de poluição do ar, com reflexos na saúde das pessoas que habitam na cidade. O Bloco de Esquerda propõe, mais

uma vez, que Braga tenha um regulamento municipal para a intervenção no arvoredo urbano, regido por critérios de intervenção objetivos, coerentes e validados pela ciência. Um regulamento que guie a intervenção dos serviços camarários a quem a Câmara deve providenciar formação especializada em arboricultura. Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida a vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e um, ao abrigo do artigo vigésimo quinto, número dois, alíneas j) e k) do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e do artigo terceiro, número três da Lei A barra dois mil e vinte, de dezanove de março, delibera: Exortar o executivo municipal a criar, com carácter de urgência, um regulamento municipal para a intervenção no arvoredo urbano”. O próprio Governo, a nível central, estava, também, a preparar algo nesse sentido. Colocada à discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOSÉ RAÚL DE OLIVEIRA RODRIGUES**, para salientar que, de facto, ficou um pouco surpreendido com aquela proposta do Bloco de Esquerda, na medida em que o Bloco de Esquerda, na última Assembleia, fez uma proposta para a criação de um regulamento sobre o património arbóreo, para o concelho de Braga. E, de facto, reuniram-se, baixou à comissão de especialidade e foi encontrado um texto consensual. Só que um texto, não com a visão redutora que o Bloco de Esquerda tinha das árvores e do carbono, mas sim um regulamento para os espaços verdes, que eram as árvores, os arbustos, as flores, os parques de lazer, os parques de merendas, que no concelho de Braga existiam cerca de trinta e dois. Portanto, não lhe parecia correto, estar agora, a votar favoravelmente aquela proposta, quando a proposta relativa à recomendação que o Bloco de Esquerda fez na última Assembleia, iria ser devidamente apresentada e votada no ponto nove. Daí que o PSD iria votar contra aquela proposta. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS**

NOGUEIRA, para referir que era evidente, que o Partido Socialista se preocupava, naturalmente, com as questões ambientais e tudo faria para que se fizesse o melhor possível, para combater as alterações climáticas. No entanto, também entendia que aquele assunto foi tratado devidamente numa comissão, que tinha já uma proposta que ia ao encontro àquilo que foi aqui apresentado. E tinham que dignificar as Comissões da Assembleia Municipal. Se alguma coisa que funcionou bem no presente mandato, foram as Comissões, que de forma exaustiva, examinaram alguns problemas que o dia a dia lhes foi remetendo. Portanto, o que sugeria, era que também dessem tempo a que, efetivamente, apreciassem o regulamento, que ele se pudesse transformar no regulamento que pudesse vir a ser aplicado num futuro muito próximo. O que pedia ao Bloco de Esquerda, era que retirasse a sua recomendação, se não o fizesse, não queriam ser indelicados, o Partido Socialista iria abster-se. Mas ficava ali a sua solicitação de que efetivamente fosse retirado e que se deixasse correr aquele que foi o trabalho da Comissão, porque era uma forma também de prestigiar. Discutir ali e reprovar aquela recomendação, seria nefasto e criaria alguma polémica desnecessária com uma proposta de regulamento que efetivamente já existia. Posta à votação foi a presente **recomendação rejeitada com cinquenta e dois votos contra e com dezassete abstenções**. Para apresentar uma **Declaração de Voto**, usou da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA** que justificava a sua abstenção, não porque não concordassem com o teor da proposta do Bloco de Esquerda, mas por considerarem que sendo votada no ponto nove da Comissão, cria que o problema estaria aí resolvido e não numa proposta única do Bloco de Esquerda. Seguiu-se a intervenção da **Sr.ª Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA** para salientar que a ideia do Bloco de Esquerda não era, de maneira

nenhuma, desvirtuar ou desconsiderar o trabalho que foi feito na comissão que, aliás, bastante apreciavam. Achavam era que o trabalho feito na Comissão foi demasiado largo e abrangente e esqueceu um ponto que para o B.E. era fulcral, que tinha a ver com o regulamento que disciplinava aquilo que acontecia com as árvores na cidade de Braga. Achavam que ele era demasiado aberto nesse sentido e desvirtuou, desvalorizou ou desconsiderou a sua moção, uma vez que substituiu na íntegra a sua atual proposta e tal proposta era muito concreta visava um regulamento sobre o arvoredo urbano. Interveio ainda a **Sr^a. Deputada do P.S., CATARINA LOURENÇO RIBEIRO**, para, noutra **Declaração de Voto** destacar que, efetivamente, se sentiu na obrigação de fazer ali uma declaração de voto, tendo em conta que se absteve e, acima de tudo, dizer que fazia parte da Comissão e que foi com alguma surpresa, que depois dos trabalhos terem decorrido durante duas reuniões, efetivamente o Bloco reiterou a apresentação da proposta. Portanto, nas reuniões, os trabalhos decorreram de forma perfeitamente saudável. Foi encontrado um entendimento de proposta consensual que seria apresentado no final da Assembleia e, portanto, pareceu-lhe um bocadinho a despropósito, muito embora percebendo, no que concernia à questão e eram todos extremamente sensíveis às questões do arvoredo e das alterações climáticas e da descarbonização. No entanto, de alguma forma justificar ali a sua abstenção, porque não era, de facto, expectável que o Bloco reiterasse a apresentação da proposta depois de termos consensualizado uma proposta global que seria apresentada no fim da Assembleia. Finalmente, usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para numa outra **Declaração de Voto**, revelar que a Deputada que o antecedeu explicou clarinho a metodologia que decorreu depois daquela Assembleia ter decidido fazer baixar a Comissão a iniciativa do Bloco de Esquerda. E a razão daquela declaração de

voto do PSD, para dizer que votaram contra, porque aquele comportamento por parte do Bloco era criativo, excêntrico, mas despropositado, porque quando um partido dava o seu assentimento a que uma proposta de determinado teor baixasse à Comissão, era com o objetivo de tentar discutir, valorizar e consensualizar uma tomada de posição. E foi isso que aconteceu. E era em sede dessa posição, que não concordava com o que ali estava a ser feito. Quando essa proposta fosse ali para ser votada, dizer, o seu objetivo era este e este, votaremos, mas queríamos isto, ou, então, dizer, não votaremos, porque o que queríamos era especificamente isto, não faziam era nascer outro menino com as mesmas características para trazer ao período antes da ordem do dia, para tentar fazer passar, simpaticamente, em paralelo e apenas com a sua exclusiva paternidade, algo que já foi tratado em sede de Comissão. A Senhora Deputada tinha responsabilidades acrescidas, porque era Deputada na Assembleia da República e sabia que, nesse tipo de trabalhos e de fóruns, não havia espaço a essas excentricidades. Aquilo poderia criar um precedente gravíssimo naquela Assembleia que, obviamente, não poderia ter ali a sua cobertura. A razão pela qual optaram, não por se absterem, mas, claramente, por rejeitarem esse tipo de comportamento. O **Sr. Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA** usou da palavra para apresentar outra **Recomendação** do seguinte teor: “Pouco mais de um mês após a inauguração do novo Mercado Municipal de Braga, a CDU alertou, na reunião de Câmara de vinte e cinco de janeiro, para as diversas insuficiências da infraestrutura e sua envolvente, com consequências diretas para os seus trabalhadores e utilizadores. Entre as várias queixas, os problemas de infiltração de água e chuva, fruto da solução encontrada para a cobertura do mercado, foram os mais sentidos nos meses de inverno e com maior impacto no regular funcionamento deste equipamento. Hoje,

os comerciantes da Praça vêem-se confrontados com problemas de excessivo calor dentro do mercado, com consequências já sentidas na qualidade e durabilidade dos produtos disponibilizados, bem como num considerável estrago de mercadoria no final do dia de trabalho. Problema que decorre, de igual forma, da cobertura deste equipamento, que se percebe não ser a mais adequada para este tipo equipamento. Tratando-se de uma requalificação recente, e cujos custos foram já sofrendo aumentos ao longo dos largos meses que durou a obra, não se compreende que, logo após a sua inauguração, tenha provado não garantir as condições necessárias ao seu funcionamento, quer para os comerciantes e produtores que ali trabalham, quer para a população que utiliza o Mercado Municipal. Urge corrigir as condições da infraestrutura do Mercado Municipal de Braga, garantindo que as necessidades específicas de um equipamento como este sejam atendidas, evitando estes e outros previsíveis transtornos no seu funcionamento, medidas que deviam ter sido acauteladas antes mesmo da concretização da obra do novo edifício. Assim, e como forma também de compensar as perdas que os comerciantes e produtores têm sentido nas últimas semanas, a Assembleia Municipal de Braga recomenda à Câmara Municipal que :

Um - Encontre soluções capazes de mitigar os efeitos do calor dentro do Mercado Municipal o mais rapidamente possível, enquanto garante uma intervenção no edifício que garanta uma resolução definitiva; Dois - Isente os operadores do Mercado Municipal de Braga do pagamento de taxas durante os meses de verão, enquanto a solução para o problema ainda não estiver terminada”. A este propósito interveio o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que a realidade do mercado era uma realidade complexa, que decorria de um processo de reconstrução dum edifício, que era por todos conhecido e estimado. Naturalmente que aquilo a que assistiam no espaço

central do mercado, era um espaço que durante muitos anos funcionou a céu aberto, aberto à intempérie, aos problemas do tempo e, naturalmente, que com a colocação de uma cobertura que tinha que permitir a circulação do ar, à semelhança do que acontecia na maior parte dos seus congéneres nacionais e internacionais, julgava que a ninguém passaria pela cabeça colocar ar condicionado num espaço tão amplo e grande quanto aquele, até pela pouca exequibilidade e sendo incompatível, até, com os princípios que todos subscreviam de sustentabilidade e de cumprimento das metas da descarbonização, havia, por isso, necessidade de encontrar e porque fazia sentido que os problemas detetados fossem assumidos. A Câmara Municipal já anunciou que tinha em curso um estudo para encontrar a solução, quer com os projetistas, quer com empresas da especialidade, precisamente para resolverem esse problema, fosse através da colocação da película na parte superior, fosse através de outra solução que tecnicamente se revelasse mais adequada. Isso estava em curso. Isso era público. Isso foi anunciado pela Senhora Vereadora do pelouro. O processo estava em curso. Parecia-lhes um bocadinho tardio ir ali apresentar uma moção naqueles termos, tentando-se, oportunisticamente, colarem-se à espuma dos dias. O problema estava identificado. O problema já estava há alguns dias a ser tratado. Por isso, por essa razão, parecia-lhes desadequado ir ali chover no molhado. Por isso, iriam votar contra aquela proposta da CDU. Usou também da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para salientar que, pela voz do distinto Deputado João Granja, o PSD foi reconhecer aquilo que já toda a população bracarense verificou, da existência de alguns problemas que era preciso retificar no mercado. Naturalmente o inverno e também o verão vieram pôr à prova uma obra que era desejada por todos os munícipes bracarense. Não iria o PS ali debruçar-se sobre outra matéria, mas iria

debruçar-se sobre aquilo que importava fazer. E também pela voz do Deputado João Granja, assegurou-se aos Bracarenses que o Executivo Municipal iria estudar os problemas decorrentes do tipo construtivo e dos materiais que estiveram na base da construção e da requalificação do Mercado Municipal, para torná-lo mais cómodo, sobretudo, nos períodos, quando estava frio e chovia existia um problema de condensação e no verão existia um problema de calor. Portanto, confiando nisso, o Partido Socialista acolhia essa proposta, querendo o melhor para todos aqueles que tinham no mercado um espaço, também de afeto, um espaço onde poderiam fazer as suas compras e, ao mesmo tempo, visitar a cidade e aquele espaço e, portanto, confiando que essas obras iriam ser feitas, reconhecido que havia algumas questões a retificar, pedia, apenas, que efetivamente e relativamente à isenção do pagamento das taxas devidas para que quem estava lá durante os períodos mais complicados, houvesse uma isenção, estaria, naturalmente, nessa linha. Por um lado, confiando que o Executivo Municipal iria retificar e, por outro lado, apoiando a iniciativa da CDU, os comerciantes, os utilizadores, vendedores do espaço, pudessem estar isentos, no período onde, efetivamente, a comodidade na utilização do espaço era bem menor, motivado pela forma como o tempo ali se fazia sentir. Era isso que o Partido Socialista iria votar. Pensava que tinha dois pontos e pedia desde logo que eles fossem desfeitos, para serem votado de forma diferente. Voltou a usar da palavra o proponente, **Sr. Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para se dirigir ao Sr. Deputado João Granja, referindo que até lhe apetecia dizer, que quem chovia no molhado, era abertura de mercado. Efetivamente, aquilo que a CDU foi, ali, propor, era que enquanto se estava a arranjar uma solução para aquele problema, se compensasse, evidentemente, quem lá trabalhava, que eram os produtores e os comerciantes, que estavam a

pagar por um espaço, que não estava de acordo com as condições mínimas de trabalho que eles precisavam e necessitavam. E aquilo que ficou muito claro ali, foi que o PSD iria votar contra essa isenção. Retomou do uso da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para chamar a atenção do seu colega da CDU, que se tinha circunscrito ao sentido de oportunidade da moção. A moção tinha dois aspetos, um deles vinha recomendar ao Município uma coisa que o Município já estava a fazer e aquilo que tentou sublinhar, foi que não fazia sentido estar a pedir que fizessem o que já estava em curso. Era até um bocadinho estranho. Agora, tinham sensibilidade em relação a essa matéria, porque também em sede de Município, souberam encontrar, quando se fizeram sentir os efeitos da pandemia, foram isentas as taxas para essas mesmas situações e, por isso, não recebiam lições de compreensão ou de adaptação de ninguém. Agora, não tinham problemas nenhuns em voltar a segunda parte da moção, se separassem os dois pontos, com muito gosto voltariam a parte seguinte, porque se, de facto, houvesse danos constatados pela parte do Município em relação às pessoas, enquanto não fosse encontrada a solução, era normal que as pessoas pudessem ser ressarcidas pelo menos parcialmente dos prejuízos que aí estava a ter. Posta à votação foi a presente recomendação no ponto um, **rejeitada com quarenta e oito votos contra, com sete abstenções e com seis votos a favor** e o ponto dois, **aprovado por unanimidade**. Foi apresentada uma **Declaração de Voto** pelo **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, revelando que o Bloco não pediu, nem se opôs à separação dos dois pontos, até porque a moção era da CDU e, portanto, respeitaram a vontade de quem a apresentou. Mas era evidente que o Deputado João Granja, hoje, estava um bocado no contra, não sabia porquê. Estava a esquecer-se que estava na Assembleia Municipal, que uma das tarefas que tinha

era a de vigiar o papel do Executivo, um Executivo que se reclamava de um liberalismo quase que doentio. Se fosse no setor privado, uma obra daquele valor, com o resultado que teve, quem executou ou quem a projetou, tinha sido demitido. Porque, de facto, seis milhões de euros e mais não sei quanto seria, nem sequer eram pagos pelos comerciantes, eram pagos por todos os munícipes, e a questão era essa. Portanto, aquela Assembleia tinha todo o direito e tinham todo o direito de votar a moção tal como ela foi apresentada, porque era isso que estava em causa, um projeto. Aquilo era um projeto novo, não resultava sequer do que lá estava, porque o que lá estava até era climatizado, até tinha árvores e tudo no meio. Sabiam como era. Agora, o que foi feito devia ser bem feito, não foi bem-feita a cobertura, não havia condensação, como disse o Deputado João Nogueira, não era condensação, era chuva, porque o vento metia-a lá dentro, era chuva, não era condensação. O calor, queixavam-se os vendedores, que queimava as flores, murchava as flores, estragava os legumes etc. Não era preciso ser técnico, eram os próprios que lá estavam e que diziam isso e isso era que tinha que ser considerado. Uma obra daquelas tinha que ser projetada para a finalidade que tinha. Não havia nenhum arquiteto que concebesse uma obra, que antes de tudo não perguntasse ao dono da obra o que queria fazer com aquilo e, de facto, para mercado, aquilo não servia. A questão era essa, pura e simples, para além de outras coisas que lá havia. Como sabiam, as obras dos acessos foram feitas depois da inauguração do mercado, o acesso de nascente continuava tapado, não sabiam quanto tempo iria estar tapado. Já esteve para peões e para viaturas, agora estava só para viaturas, os peões já passavam pelos lados. Portanto, foi um erro de conceção. O **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** usou, novamente, da palavra, agora, para proceder à apresentação de uma **Moção** subordinada ao tema “Município de Braga declara-

se como "Zona de Liberdade LGBTIQ". "Considerando que: Um - O Parlamento Europeu declarou a União Europeia como uma "Zona de Liberdade LGBTIQ", no passado dia onze de março, tendo em conta que a mesma se funda nos valores do respeito pela dignidade humana, da democracia, da liberdade, da igualdade, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos humanos. A resolução foi aprovada com quatrocentos e noventa e dois votos a favor, cento e quarenta e um contra e quarenta e seis abstenções. Dois - Os municípios de Lisboa, Portimão e Barcelos já se declararam também como uma "Zona Livre LGBTIQ" e repudiaram a discriminação exercida contra esta comunidade pela Polónia e pela Hungria. Três - Desde dois mil e dezanove que a Polónia aumentou a discriminação sobre as comunidades LGBTIQ ao declarar-se como "Zona Livre de Pessoas LGBTIQ", pedindo aos governos locais para se absterem de encorajar a tolerância para com essas pessoas, e que retirassem a assistência financeira a organizações que promovem a não discriminação e a igualdade. As medidas foram implementadas na defesa do que consideram os "valores tradicionais da família", tendo sido aplicadas em cerca de cem localidades da Polónia. Quatro - Na Hungria também se vem notando a mesma tendência de perseguição a esses cidadãos, tendo a cidade de Nagykatá adotando uma resolução que "proíbe a disseminação e promoção da propaganda LGBTIQ", em novembro de dois mil e vinte. Cinco - Estas medidas na Polónia e Hungria fizeram recrudescer a violência contra as comunidades LGBTIQ e a própria Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia denuncia o medo generalizado das populações em frequentar certos locais com medo de agressões, assédio, ou outro tipo de ameaças. Seis - O crescimento do populismo e da extrema-direita por toda a Europa e das ações de violência que praticam não pode levar ao silêncio por parte das instituições nacionais, o que seria intolerável. Sete - A Europa reagiu, bloqueando a

transferência de fundos comunitários para essas zonas polacas e húngaras, defendendo assim os valores europeus do respeito pela dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade de género e minorias e direitos humanos. A seguir culminou com uma resolução declarando a União Europeia como "Zona de Liberdade para as pessoas LGBTIQ". Oito - Na União Europeia, cada pessoa LGBTIQ deve sentir-se segura, ter as mesmas oportunidades e participar plenamente na sociedade. Nove - A Assembleia da República aprovou o Voto de Condenação número quinhentos e três barra catorze barra segunda, no passado dia trinta de março, pela criação de zonas livres de cidadãos LGBTIQ na Polónia e Hungria, em claro desrespeito pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, do artigo segundo do Trato de Lisboa, da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Dez - Portugal tem sido um dos países do mundo mais hospitaleiros para a comunidade LGBTIQ. Mas isso não é suficiente, é preciso fazer de todas as cidades e municípios portugueses como "Zonas de Liberdade LGBTIQ". Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e um, ao abrigo do artigo vigésimo quinto, número dois, alíneas j) e k) do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e do artigo terceiro, número três da Lei A barra dois mil e vinte, de dezanove de março, delibera: a) Condenar a ação dos governos da Polónia e da Hungria por permitirem a criação das chamadas "zonas livres de ideologia LGBTIQ"; b) Declarar Braga como uma "Zona de Liberdade LGBTIQ", com o recurso a políticas públicas promotoras de direitos e da sua valorização como um espaço de proteção contra as violações dos direitos da comunidade LGBTIQ". Aberto o debate, usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA SILVA PINHEIRO**, para dizer que o Partido Socialista,

evidentemente, se iria associar àquele voto, porque o Partido Socialista era um partido de liberdade e associava-se a todas as questões que defendessem os direitos, liberdades e garantias e, fundamentalmente, o humanismo. E era precisamente disso que estavam a falar. Pedir também ao Senhor Deputado António Lima, que fizesse, ali, uma pequena alteração à redação da sua moção, duas letras e um caractere pelo caminho, portanto LGBTQIA mais. Portanto, em bom rigor, também, e em solidariedade e em solidariedade essas coisas eram muito dinâmicas e, portanto, deveriam também, quando estavam na defesa saber acompanhar também as nomenclaturas e todas as formas de inclusão que celebravam também durante este mês de junho. Evidentemente que poderia o Partido Socialista e todos os que os seguiam em casa e ali também, perguntar se efetivamente a Assembleia Municipal tinha competências para deliberar qualquer coisa numa matéria tão ampla como aquela e era precisamente nas Assembleias Municipais, nas Assembleias de Freguesia, que começava a luta contra a homofobia, que começava a luta contra a intolerância, porque cada vez que se calavam perante a intolerância, era uma vitória do mal e uma vitória dos movimentos extremistas, que dentro dos valores da União Europeia se camuflavam para fomentar essas políticas de perseguição de homens, mulheres e pessoas que deviam ser livres. Evidentemente que o Partido Socialista se iria associar e pedia também que o Município se associasse àquela causa. Posta à votação foi a presente moção **aprovada por unanimidade**. Interveio depois o Sr. **Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para apresentar uma **Declaração Política** que dizia: “O papel do Cristianismo na construção da identidade da cidade de Braga, é e será sem dúvida um dos fatores mais proeminentes que merece a nossa especial atenção. Braga é hoje destino de Turismo de eleição. Braga conjuga a cultura com a religião. As visitas aos

monumentos religiosos são a primeira escolha, numa tríade de locais entre o Bom-Jesus, o Santuário do Sameiro e a nossa Sé – Catedral. O chamado Turismo Religioso tem impacto a nível não só económico como também social, cultural e político. Este permite gerar riqueza aquando da promoção das mais diversas atividades económicas (transportes, comércio, restauração, hotelaria), promover a qualidade de vida da população residente através do aumento dos postos de trabalho e das infraestruturas disponíveis, e ainda promover a preservação e divulgação do património e da cultura da nossa região. Sabemos da importância do nosso património religioso, muito do qual também carece de investimento na sua conservação. Refiro-me em particular o Centro Interpretativo do Romano, projetado para o quarteirão entre o Largo de São Tiago e a rua Dom Afonso Henriques, ocupado pela unidade Museológica e pelo Seminário da Arquidiocese, debaixo do qual se encontram vestígios significativos de Bracara Augusta. Orçados em cerca de dois milhões de euros, os trabalhos de escavação arqueológica e de musealização daquele espaço já foram candidatos a fundos comunitários, até agora sem sucesso. Fala-se hoje de recuperação e resiliência como antídoto para todos os males. O Plano de Recuperação e Resiliência de aplicação nacional, com um período de execução até dois mil e vinte e seis e com recursos que ascendem a cerca de catorze mil milhões de euros de subvenções serão direcionados a um conjunto de reformas e de investimentos que permitirão ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando assim o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década. Pois, são sem dúvida, boas notícias. Esperemos que parte destes recursos financeiros sejam canalizados efetivamente para a cidade de Braga, pois valorizar o património da cidade é sem dúvida contribuir para a continuidade do apreço demonstrado por todos aqueles que nos visitam”. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D.**,

JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, para referir o seguinte:

“Caras amigas e amigos e permitam que extraordinariamente vos trate assim. Obrigado Senhora Presidente da Assembleia pela sua condescendência ao deixar que utilize estes breves minutos, para apresentar a minha mais difícil intervenção alguma vez produzida nesta casa. Sim. Estou a anunciar-vos em primeira mão, a minha despedida no final do mandato, ao fim de mais de trinta e cinco anos de dedicação ininterrupta, desde os vinte e três anos a esta causa pública que é servir a comunidade e os Bracarenses na Assembleia Municipal. Fi-lo com muito gosto e empenho, em registo “pro bono”, porque tal como a maioria dos que fazem parte deste órgão, e é bom que isto saiba publicamente, as magras senhas de presença a que temos direito, são doadas aos partidos que representamos. Tal como Shakespeare, que o disse de forma feliz, também eu acho que toda a despedida é uma dor, mas faço-o de bem com a minha consciência e certo do dever cumprido. A Assembleia Municipal e já ouvimos isso aqui hoje, infelizmente por quem não tem competência para dizer o que disse, mas é muitas vezes atacada e maltratada como o órgão autárquico de natureza parlamentar. Na maior parte dos casos, por ignorância de quem o faz ou por desconhecere[m] aquela que é a sua principal característica de verdadeira casa do diálogo e o melhor espelho da democracia do nosso concelho. Também nestas matérias, sempre foi mais fácil atirar pedras do que ajudar a construir ou a melhorar. A Assembleia Municipal de Braga, com todos os seus defeitos e limitações, que sabemos que existem é, apesar de tudo, uma das melhores do País e podemos orgulhar-nos dela, dos seus trabalhos em plenário, das suas comissões permanentes, da forma como se relaciona com os cidadãos e como acolhe e tramita as petições populares. Saio com o orgulho e o contentamento de ter contribuído, ainda que de forma humilde e modesta, para esta realidade que ainda tenho muito para evoluir. Mas, temos de

ser fiéis às nossas ideias, aos nossos princípios e escravos das nossas convicções. Se acreditamos e defendemos a renovação, não nos podemos eternizar em funções. Temos de dar lugar a outros, aos jovens, a novas ideias, a novas práticas, a novos protagonistas que, seguramente, farão ainda muito melhor trabalho do que nós. Em política e na vida pública, em geral, é por vezes difícil entrar, mas nem sempre sabemos sair no tempo certo. Saio por vontade própria, não preveni ninguém que o ia fazer, para que não me tentassem demover desta minha intenção. Fico feliz por não sair zangado com ninguém e aproveito para pedir desculpa a alguém que, ao longo destes anos ou algum debate mais aceso, possa, eventualmente, ter ofendido. Quero dizer-vos que cresci e aprendi muito nesta casa. Muita gente de todas as bancadas merece a minha admiração, a começar pela tripla maravilha do PCP composta pelo Tarroso Gomes avô, o Raúl Peixoto e o José Manuel Mendes, que muitas vezes fizeram brilhar esta casa. O Manuel Sarmiento, que liderou de forma impar e brilhante a bancada do PS; o Marcelino Pires, com quem tive o gosto de protagonizar bons debates. Uma palavra para o Dr. Jaime Lemos, que começou por ser o meu primeiro líder de bancada, aos vinte e três anos, um grande Senhor; ao Dr. Domingues, que cumpriu exemplarmente essas funções, durante muitos anos. O António Marques foi sempre muito interventivo e, por último, o meu companheiro e amigo Miguel Macedo a quem tive a honra e a responsabilidade de suceder. Guardarei grata recordação do Dr. Sousa Fernandes, do António Braga e da Hortense Santos, que sempre presidiram a Assembleia, cada um à sua maneira, mas sempre com elevação e um enorme espírito de serviço. Estou grato a todos os Senhores Deputados Municipais, mas em particular ao Pedro Borges Macedo do PPM, ao António Lima do Bloco, à Bárbara e ao Pedro Casinhas da CDU, ao João Medeiros do CDS-PP, ao João Nogueira e ao Pedro Sousa do PS, pelo diálogo e

*pelo bom trabalho que desenvolvemos nos últimos anos. Uma saudação a todos os Srs. Presidentes de Junta que tive a oportunidade de conhecer, que de uma forma geral são exemplos de dedicação e abnegação no serviço inestimável que prestam às suas comunidades e que nem sempre são reconhecidos. Agradeço o apoio prestado pelos funcionários do Parque de Exposições, agora Altice Fórum e dos funcionários da Câmara, permitindo-me destacar a simpatia, a competência e a disponibilidade da Nininha, permita-me que a trate assim, como sempre nos acompanhou, mesmo em momentos de grandes dificuldades pessoais e familiares. Uma palavra de reconhecimento para as senhoras e os senhores jornalistas, que para cumprirem a sua nobre missão de levarem as notícias à comunidade, sofreram penitências pesadas em longas sessões que muitas vezes entraram pela madrugada adentro. E porque os últimos são sempre os primeiros, um abraço amigo aos colegas da minha bancada, que sempre me distinguiram com o seu apoio e confiança, mesmo quando as situações foram complexas e nem sempre consensuais. Vou dar novos rumos ao barco animado que é a minha vida, mas continuarei a estar por aí, a apoiar a coligação Juntos por Braga e o Ricardo Rio, que exemplarmente a lidera. Obrigado a todos. Felicidades e muita saúde. Até sempre". Seguiu-se uma sessão de aplausos e o agradecimento da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Interveio, de seguida, o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que se guardou para a parte final do período de antes da ordem do dia, tendo em conta duas intervenções que houve no início daquela Assembleia que estiveram em sentido contrário. Uma de grande pedagogia e de apelo ao voto, através de um movimento para uma atitude cívica maior, para que todos participassem mais na vida democrática e que realmente a vida política fosse credibilizada e que essa credibilização fosse feita com o voto de todos, em todas as eleições. Tiveram uma*

que efetivamente o fez recuar aos livros de história do Bundestag, que começou em mil novecentos e trinta e três e começou assim também devagarinho, quase sem ninguém dar por conta, captando a atenção de todos para propostas populistas, dizendo coisinhas que eram bonitas de ouvir, para o nacional socialismo, que teve uns alicerces que até motivou muita gente e, portanto, iam estar muito atentos. “E tu, João Granja, que não vais partir, vais continuar connosco, porque fazes falta, para este combate e estes combates que nós tivemos aqui, fizeram com que nós qualificássemos este órgão municipal, por quem tu tanto pugnaste e só lamento, e isto não em tom de crítica, porque com a tua colaboração, foi possível nós aumentarmos, sob o ponto de vista qualitativo, a intervenção e o debate neste órgão e com isso lucrou também o Executivo, porque um Executivo que tenha uma oposição forte e que tenha também uma bancada que está do seu lado que saiba defender, que saiba articular aquilo que são as propostas, que saiba, muitas vezes, inventar razões para defender uma causa, como tu tantas vezes aqui fizeste, é realmente um património que se perde, momentaneamente, mas que um dia havemos de recuperar. Alguma coisa que nos divide, mas devo dizer, pessoalmente, que gostei muito de estar contigo, porque era na diferença, muitas vezes ideológica, às vezes pequena, mas os pontos de vista que nós encontrávamos, se calhar, aquele que melhor interessava aos Bracarenses. E, portanto, dizer-te que és um grande social democrata e que, efetivamente, quero fazer aqui jus àquilo que foi a tua passagem pela política, que começou também com uma experiência significativa na Assembleia da República, que fez de ti um excelente tribuno, que defendia os pontos de vista da coligação do PSD em momentos diferentes, naturalmente, da vida nesta Assembleia. Uma coisa ficou por realizar e que tu tanto querias, era que esta Assembleia Municipal tivesse um espaço próprio com gabinetes, com condições para que esse trabalho

que teve um aumento significativo, pudesse ainda ser maior. E será com muito orgulho que no período destinado às comissões, também informarei daquilo que nos deve orgulhar a todos, e que o João Granja foi parte também importante nesse processo. Portanto, João Granja, quero dizer-te, em nome do Partido Socialista, que a tua passagem pela Assembleia Municipal, foi uma força enorme, que fez com que o debate fosse enriquecedor e que desse debate fôssemos mais esclarecidos e que a participação democrática saísse reforçada naquelas que são as propostas, sempre a favor dos Bracarenses. Boa sorte para ti. Conta sempre comigo e podes contar com toda a gente que está aqui que, efetivamente, tem por ti um grande apreço e carinho. Boa sorte para tua vida pessoal e familiar”. A **SRª. PRESIDENTE DA MESA** lembrou a alteração produzida na ordem de trabalhos, tendo sido acrescentado mais um ponto, com o conhecimento e autorização dos Líderes de todas as bancadas e que já também era do conhecimento de todos, uma vez que tinha sido enviada correspondência nesse sentido. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO SEGUNDO MANDATO NÚMERO VINTE E SEIS BARRA DOIS MIL E VINTE E UM, DE TRINTA DE ABRIL**. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo segundo mandato número vinte e seis barra dois mil e vinte e um, referente à sessão ordinária de trinta de abril. Posta à votação foi a referidas ata **aprovada por unanimidade**. **PONTO NÚMERO DOIS – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE DOIS MIL E VINTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da

Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e do disposto no artigo setuagésimo sexto da Lei setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, proposta aprovada em reunião do Executivo Municipal de trinta e um de maio do ano em curso, referente ao Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do ano de dois mil e vinte da Câmara Municipal de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Deu início à discussão deste ponto da ordem de trabalhos a Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA, tendo, a propósito, referido que: “Mais do que uma mera apreciação contabilística, o Grupo Municipal do BE não pode deixar de fazer uma análise política ao trabalho desenvolvido pelo executivo municipal. O Bloco de Esquerda assinala no relatório de Gestão e Contas dois mil e vinte, a persistência dos problemas estruturais do concelho e a falta de visão de cidade, no presente e para o futuro, para todas as pessoas que aqui vivem. Constatamos que as contas não se endireitam por causa da construção do estádio Municipal; qualquer dia, dirão nesta Assembleia: "o município volta a ser confrontado com os encargos de construção do "velhinho" Estádio Municipal! Quase nada de novo relativamente às contas apresentadas: como em dois mil e dezanove, a despesa global muito próxima da receita total: cento e dez vírgula cinco milhões/cento e nove vírgula sete milhões. Refere-se um investimento estratégico de dezasseis vírgula um milhões de Euros, cinquenta milhões nos últimos três exercícios, sendo que grande parte das obras que beneficiam deste investimento continuam inacabadas; assim acontece, nomeadamente, com a Escola de Maximinos e o Mercado Municipal, entre outras. Curiosa, para não dizer hilariante, é a afirmação do relatório quando refere o investimento. Eu vou citar, sem comentários: "investimentos estratégicos que permitiram alavancar internacionalmente o nome

da cidade de Braga, traduzindo -se no facto de a cidade de Braga ter sido eleita o melhor destino europeu para visitar em dois mil e vinte e um". Não comento, mas sempre faço um alerta: o prazo está a acabar! O Executivo persiste na recusa em reconhecer os problemas e, em consequência, em resolvê-los: os moradores da Travessa Conselheiro Lobato, no Fujacal, correm risco de vida sempre que saem a porta de suas casas. A degradação das zonas verdes existentes e a não criação de novas, numa cidade onde o solo está cada vez mais impermeabilizado. A velocidade dos automóveis tem de abrandar numa das cidades que apresenta maior sinistralidade e maiores índices de poluição, não é amiga nem das crianças, que não conseguem deslocar-se autonomamente em segurança, nem das pessoas com mobilidade reduzida, os dos carrinhos dos bebés. Sabe a pouco a recuperação de quatro praças, reconhecendo a proposta do BE, que tanta tinta fez correr, quando apresentada, há quatro anos. Não houve preocupações com a qualidade dos empregos criados quando se anuncia as enormes vantagens do investimento atraído. É emprego qualificado, mas precário, sem direitos e com baixos salários. Tão baixos são os salários como altas são as rendas ou os preços das casas. Numa família com dois ordenados, um é gasto na renda. Se a família tiver filhos, está na pobreza. E se for uma família monoparental a situação ainda é pior. Constata-se a falta de preocupação com o problema de habitação, só reconhecido na recente estratégia municipal para a habitação. Nenhuma destas preocupações sociais perpassa pela ação do atual executivo e atual Presidente, considerado não sabemos por quem, o melhor autarca, mas interrogamo-nos se isso não será também uma campanha muito bem orquestrada como foi aquela que supostamente considerou Braga o melhor destino turístico da Europa... E por falar em melhor destino, o turista que visita Braga atraído por essa estratégia de marketing, vai ter dificuldade em descobrir que autocarro apanhar para chegar

ao Bom Jesus. Apanha um dos muitos autocarros a gásóleo que circulam, competindo com os automóveis, sem corredores dedicados e sem circuitar. E isto se encontrar a paragem minimalista e discreta. E para o problema do excesso de automóveis? Bem, seria preciso, em primeiro lugar, reconhecer que os automóveis são um problema. O que não acontece. Por isso, não se vislumbra uma política para a mobilidade que tenha em conta a mobilidade suave e a possibilidade de as pessoas se deslocarem casa-trabalho ou casa-escola usando transportes coletivos públicos, bicicletas ou mesmo a pé. O Bloco de Esquerda não subscreve o "school bus", uma despesa considerável para os munícipes, que segrega os estudantes e não resolve o problema do trânsito. A pandemia tornou visíveis todos estes problemas. Acrescenta-se que para quem privilegia a economia acima de tudo, os níveis de desemprego no concelho são, neste momento, dos mais elevados do distrito, apesar do aparente sucesso da InvestBraga na captação de investimento... Lembramos ainda a disparatada tentativa de alienação da Fábrica Confiança, o melhor exemplo da ausência de uma ideia de cidade, que precisa de outras centralidades, carece de equipamentos culturais e assiste a sucessivos atentados ao património, à memória e à vida de uma cidade com dois mil anos. É uma das provas da total ausência de uma política cultural digna desse nome. A lista de ações promovidas no âmbito da crise pandémica são uma mão cheia de nada. Quanto aos apoios sociais, apenas uma atenção aos sem-abrigo, mas através da Cruz Vermelha e passe gratuito para as pessoas desempregadas ou em lay off. Apenas. Repito, apenas, apenas e só. Sim, porque dizer que a distribuição dos pacotes de leite escolar pelas entidades que estavam a fornecer cabazes e refeições durante os confinamentos, antes de que o prazo de validade terminasse, é enganar os munícipes mais vulneráveis. As refeições escolares suspensas num primeiro momento e depois

apenas para os alunos e alunas abrangidos pela ação social escolar, com o argumento de que Ministério da Educação suspendeu as transferências para esse fim deixa-nos dúvidas. Famílias com filhos em lay off, desempregadas, com rendimento zero de um dia para o outro não tiraram o sono a Ricardo Rio, que descarregou a necessidade de resposta à emergência social no assistencialismo e na caridade, que só tem um pequeno problema: olha a quem presta ajuda e deixa muitas pessoas de fora. Diz-se no documento que aumentou o número de assistentes operacionais. Mas nada sabemos das condições em que foram contratados. Refere-se a cultura, mas não diz se os concertos e atividades culturais contratualizadas canceladas foram reagendadas e pagas pelo menos em cinquenta por cento. Não refere o problema dos transportes entre concelhos, sendo que, como sabemos, há muitas pessoas que trabalham em Braga e vivem noutros concelhos com transportes coletivos privados. Com o encerramento das escolas, as empresas privadas de transporte interconcelhios suspenderam o serviço, ficando os utentes sem meios para chegar ao seu local de trabalho. Mais uma vez isso não foi uma preocupação do Presidente. Isto é tão mais grave quando o presidente de Câmara da Braga preside à CIM Cávado, que supervisiona os transportes entre concelhos. Se dúvidas há quanto ao quão errado é privatizar serviços essenciais, como os transportes, foram esbatidas com a pandemia e o cancelamento dos transportes. Por tudo o que acabamos de expor, não podemos aprovar este relatório de gestão e contas por nele estar vertida uma visão atomizada, tendenciosa, estreita do que deve ser a gestão de uma cidade e de um concelho como o de Braga”. Dando seguimento à discussão da matéria em apreço, usou da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para dizer: “Aproveito para saudar, em nome do grupo municipal da CDU, o percurso, a entrega e dedicação a esta casa por parte

do Sr. Deputado João Granja, que sabemos valorizar. Passo, então à intervenção. Analisamos, hoje, nesta Assembleia o Relatório de Gestão e Contas Municipal relativo ao ano dois mil e vinte, ano indelévelmente marcado pela pandemia e cujos efeitos e consequências condicionaram a atividade do município, a verdade é que se podia e devia ter ido mais longe no apoio aos munícipes e a alguns setores de atividade no combate aos efeitos da pandemia quisesse a maioria ter ouvido as diversas propostas da CDU. Desde logo, na cultura, onde foram poucas as ajudas ao setor, mesmo tendo em conta os limites impostos pela Covid. Lembremos, aqui, por exemplo, a Feira do Livro de dois mil e vinte, quando a maioria PSD/CDS optou pelo salto digital, numa plataforma online, propriedade do consórcio Sony CTT, em moldes de contratação ainda hoje mal explicados e que dificultou o acesso à feira aos pequenos editores e livreiros e alfarrabistas e que anteriormente inundavam a cidade na via pública, em ruas com dimensão suficiente para permitir o necessário distanciamento entre expositores, bem como a circulação do público com a garantia do cumprimento do ajustado distanciamento físico, sendo possível garantir o cumprimento de todas as regras sanitárias determinadas pelas autoridades de saúde. Também no domínio da habitação social se podia ter ido mais longe, com a suspensão do pagamento das rendas da habitação social, sem imposição de quaisquer penalizações por parte do Município durante os períodos do estado de emergência e não meras moratórias ao pagamento. Ainda no domínio da habitação, a situação pandémica podia e devia ter sido um estímulo para acelerar e finalizar a reabilitação dos bairros sociais das Enguardas e Santa Tecla e não desculpa para protelar mais um ano a sua conclusão. Podia ainda ter sido um estímulo à resolução definitiva do Bairro do Picoto, cujas condições de habitabilidade em pleno século vinte e um deveriam envergonhar todo o Executivo Municipal. Na verdade, os

necessitados bairros de responsabilidade municipal, as condições de confinamento, são como bem sabemos inexistentes o que aliado à falta de condições de habitabilidade pôs muitas vezes em causa a saúde e a vida dos munícipes que aí habitam. Ainda na água e saneamento se poderia ter ido mais longe nas isenções às famílias, principalmente durante os períodos de confinamento familiar obrigatório, quando a intensidade de utilização era elevada o que se traduzia em contas astronómicas que apenas engrossavam a conta dos privados que gerem a Agere. Mais um exemplo claro que só por não estarem em mãos públicas, não se pode ir mais longe nas ajudas dos bracarenses. Urge a remunicipalização da Agere e hoje Ricardo Rio, volvidos mais dezasseis anos e quando defendia com unhas e dentes uma solução privada para a água, dá razão à CDU, quando já nessa altura se mostrou contra a sua privatização. Também nos transportes muito ficou por fazer, desde logo na gestão das carreiras dos TUB. Sabemos hoje, que os transportes públicos são hoje foco de transmissão pandémica pelo que se podia e deveria ter feito um esforço maior no reforço das condições de segurança de passageiros e funcionários dos TUB, aumentando a intensidade e número de carreiras disponíveis, diminuindo, assim, o número de passageiros por viagem. É verdade que em Braga não assistimos a situações como em Lisboa e no Porto, mas não é menos verdade que na cidade em horas de ponta não era possível garantir as devidas distâncias nos autocarros do concelho. Analisando agora um pouco mais em pormenor das contas de dois mil e vinte, mais uma vez parecem vir dar razão à intervenção da CDU, feita nesta Assembleia, quando denunciámos que o Plano e Orçamento de dois mil e vinte seria um plano e orçamento pela metade, caso se mantivesse as execuções anuais de investimento pouco superiores aos cinquenta, sessenta por cento, o que efetivamente vai acontecer, principalmente em áreas fundamentais como o

ambiente, a cultura, o transporte e a habitação social. Mesmo os investimentos prometidos para dois mil e dezanove, foram em grande parte adiados para dois mil vinte, não se vislumbrando sequer a sua execução no final de dois mil e vinte e um. Enfim, é uma gestão do dia a dia, de navegação à vista, sempre utilizando a mesma desculpa da SGEB e do Estádio Municipal, para a ausência de investimentos substanciais. Mas é uma desculpa muito envergonhada. O PSD sabe bem que aprovou o projeto do Estádio Municipal, bem como todos os empréstimos bancários, que agora dizem sufocar a tesouraria camarária, pelo que devem assumir as suas responsabilidades na situação caótica que vivemos. Os investimentos nos setores fundamentais da cidade são sempre muito poucos, correspondendo a pouco mais de dez por cento do orçamento global, com um total de investimentos a dezasseis milhões de euros, valor muito abaixo do que seria necessário para resolver os problemas de habitação, educação, trânsito, ambiente e cultura que grassam na nossa cidade. Este executivo, como que de mão estendida, parece sempre estar à espera de um qualquer fundo comunitário para concretizar os seus projetos. Falhando o fundo, não se faz ou lança-se avidamente à bazuca, reclamando por verbas para investimentos que podiam e deviam já estar concretizados há muito tempo, quisesse este Executivo estabelecer e centrar as prioridades nos cidadãos. Esta política do só fazemos se tivermos acesso ao dinheiro europeu é prejudicial por centrar os esforços na resolução dos problemas, revelando uma enorme incapacidade, e um certo “laissez faire, laissez passer” ou “il dolce far niente”, que parece ter acometido este Executivo. Para onde este Executivo parece estar orientado e motivado, é para os apoios e benesses às grandes empresas, como por exemplo, para a Bosch, que meia dúzia de meses depois dos apoios, lançam os trabalhadores para lay off, sem direito a um terço do seu salário. Continuar a direccionar benesses a empresas como a

*Bosch é subsidiar os lucros dessas empresas, que mesmo em tempo de pandemia, continuam a apresentar e a retirar fundos e verbas municipais, que seriam, certamente, melhor aplicadas em políticas sociais aos cidadãos bracarenses. Também não parece faltar dinheiro para o pagamento de fios de entrada em curso melhor destino de qualquer coisa. Braga é e será o melhor destino, quando e quanto melhores forem as condições de mobilidade, ambiente, habitação e cultura para os bracarenses, garantindo mais equipamentos culturais que potenciem a estratégia cultural entre vinte/trinta, garantindo e alargando os fogos disponíveis para apoio à habitação, para as famílias mais desprotegidas, definindo e orientando uma política ambiental que não se fique por mais umas árvores do Picoto, resolvendo os problemas de trânsito que não se ficam pelo Nó de Infias, mas também pelo Nó de Celeirós, na avenida Imaculada Conceição, Nova Estação, são tantos os nós, não só os de trânsito, que para os resolver, quase seria preferível chamar Alexandre para os desatar. Em suma, o que este relatório revela é que em dois mil e vinte, foi mais uma oportunidade perdida no investimento nos bracarenses, numa política amiga dos cidadãos e famílias, uma cidade limpa e com vias conservadas, sem trânsito, bem iluminada e adaptadas aos cidadãos com mobilidade reduzida. Políticas e projetos centradas numa ineficiente gestão da mobilidade e respostas sociais às comunidades menos favorecidas e aos sem abrigo em sede de rede pública municipal que situação pandémica veio agravar”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para revelar que: “O ano de dois mil e vinte começou com a ameaça de um vírus que já ceifava vidas em grande escala em alguns países, sendo que, aqui, na Europa, já tinha a Itália numa situação de extrema dificuldade. Em Portugal, apareceram os primeiros casos no início de março e a realidade demonstrou que ninguém estava preparado*

para combater este vírus. A partir desta data, uns melhor outros pior, uns mais rapidamente, outros mais lentamente, todos aprenderam, todos aprendemos, a conviver com a presença deste vírus letal. Não tardou muito e o País foi todo para casa, por forma a reduzir ao máximo os contágios. Abril, maio e junho foram meses dramáticos e foi necessário esperar o dia três de agosto, para não existirem vítimas de Covid-dezanove no nosso País. Em setembro, a situação voltou a agravar-se e os indicadores voltaram a ser desanimadores, dos restantes três meses do ano. O PIB português retrocedeu sete vírgula seis por cento durante esse ano. Morreram seis mil novecentas e seis pessoas por Covid-dezanove e no total morreram em Portugal, mais onze mil cento e dezoito cidadãos do que no ano transato, o que pode indiciar que quatro mil duzentos e doze portugueses foram vítimas colaterais do Covid-dezanove. Muito resumidamente, foi este o cenário do nosso País. O nosso Município de Braga, dentro das suas possibilidades, também conseguiu adaptar-se ao coronavírus e rapidamente tomou as medidas de apoio aos mais desfavorecidos. Apoiou os profissionais de saúde, isentou algumas taxas ao comércio e aos serviços, isentou a população do pagamento de transportes públicos na época de maior impacto da pandemia, implementou processos de modernização administrativa, que fez com que houvesse uma real aproximação do munícipe ao Município. Apoiou empresas de diversas formas e sempre dentro das suas reais possibilidades e adquiriu equipamentos e serviços para possibilitar o ensino à distância aos alunos mais carenciados do concelho. Financeiramente, também não foi um ano famoso, já que houve uma clara diminuição da receita e um alheamento do Estado Central aos problemas dos municípios que acabaram em muitos casos a substituir-se à impotência e inépcia desse mesmo Estado Central. Foi isso que aconteceu na nossa Autarquia, que com uma gestão rigorosa e uma priorização de

investimentos, deu um maior enfoque às medidas de apoio à população mais carenciada. Essa repriorização de investimentos, não impediu que houvesse dezasseis milhões de euros de investimento, pelo que não se pode considerar o mau valor, tendo em conta os valores dos anos transatos. Esse encolher do cinto do Município não o impediu de realizar investimentos importantes para o concelho. Destaca-se a regeneração urbana, a preocupação com a mobilidade e a reabilitação de infraestruturas educativas. Também devemos destacar a apresentação do Plano de Urbanização de Sete Fontes, do estudo prévio do Parque das Sete Fontes, a intervenção de valorização e musealização da Ínsua das Carvalheiras, além da intervenção do Convento de São Francisco, em Real. “A necessidade aguça o engenho” e o município sabendo que seria um ano difícil, aumentou a exigência de rigor, conseguindo fazer mais com menos. A redução do passivo poderá ser importante em dois mil e vinte e um ou mesmo em dois mil e vinte e dois, já que aumenta a capacidade de endividamento, no caso de ser necessário, para atenuar problemas que possam advir no período pós pandemia. Por essas razões, mas, também, por fazermos um balanço muito positivo do mandato que se aproxima do seu término, o PPM Braga irá votar favoravelmente o Relatório de Gestão e Contas do Município”. De seguida interveio o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que estavam, neste momento, a apreciar a atividade que o Município desenvolveu no ano dois mil e vinte, mas o Partido Socialista iria fazer uma avaliação, não só do ano dois mil e vinte, como, também, do presente mandato, mas, também, do mandato anterior, porque aquele era o momento em que importava conferir aquilo que foi o compromisso, que em dois mil e treze, o atual executivo municipal fez com os Bracarenses e, naturalmente, o ponto da situação em que se encontravam presentemente. Houve coisas que foram bem-feitas. Houve coisas

que foram bem-feitas na continuidade daquilo que também estava a ser bem feito. Aliás, o Partido Socialista chegou a ir ali, em diversas ocasiões, testemunhar e confirmar a continuidade de uma política que era do interesse dos Bracarenses, votando favoravelmente propostas apresentadas naquela Assembleia, depois de aprovadas na Câmara Municipal, portanto, a avaliação e apreciação daqueles que foram os dois mandatos e tentar ser o mais justo possível, reconhecendo que havia sempre coisas que se faziam bem-feitas, havia sempre coisas que vinham de trás que deviam continuar, porque a história também não tinha interrupções e muitas vezes continuava-se e havia coisas que poderiam ter sido feitas e não foram. A Coligação apresentou algumas propostas, que chamaria bandeiras que, efetivamente, ainda hoje estavam por cumprir. Muitas vezes falava-se e até havia um barómetro por parte da Coligação, onde os munícipes podiam verificar o grau de execução de muitos daqueles compromissos que estavam a ser feitos. Efetivamente, muito daquilo que estava nesse barómetro eram intenções. E como diziam os nossos avós, de boas intenções está o inferno cheio e, portanto, isso também não lhes servia. Era dever do Partido Socialista ir ali corrigir aquilo que foi um compromisso, corrigir no sentido de dizer que os compromissos ou grande parte dos compromissos não foram assumidos e iriam tentar, de uma forma exaustiva, mas também sintética, correndo aquilo que mais os preocupou. Centrar, também aquilo que iriam dizer, naquilo que eram hoje as grandes preocupações que afetavam a sociedade, sobretudo, uma sociedade moderna, uma sociedade cada vez mais global e que tinha a ver, por um lado, com o combate às alterações climáticas e, também, aquilo que era um desafio para a sociedade portuguesa, onde naturalmente a cidade de Braga se integrava, enquanto município, terceira cidade deste país e capital do terceiro distrito deste país, que tinha a ver, também, para uma sociedade mais evoluída e uma sociedade assente

em tecnologias de informação e do conhecimento, as Sociedades Digitais. Começando por Sociedades Digitais, dizer que a pandemia, como foi dito, que atrasou muito daquilo que era um plano de atividades e até anulou, reconhecia isso e o Partido Socialista reconhecia, que a pandemia neutralizou muito daquilo que eram atividades, que não só o Município de Braga, mas todos os municípios deste país queriam implementar e por força natural do confinamento a que fomos obrigados, elas tiveram que ser suspensas, adiadas ou até neutralizadas. E indo agora ao encontro a uma questão que surgiu e que teve a ver com a educação e, sobretudo, com as áreas através de processos digitais, não estava o Município de Braga preparado para que, sobretudo, os alunos que estavam na sua responsabilidade mais direta, aceder a esse tipo de ensino. E não estava, porque não havia equipamentos e também não havia uma rede de internet capaz de suportar aquilo que era a informação, aquilo que era a troca de informações e aquilo que era, também, o ensino à distância. Portanto, havia aí um falhanço significativo, porque efetivamente o Município de Braga tinha que estar na ponta do desenvolvimento dessas novas tecnologias. Apesar do choque tecnológico que o Partido Socialista ali apresentou, numa reunião municipal, e que, efetivamente, não foi atendido, antecipando de uma forma premonitória, aquilo que seria uma necessidade mais tarde. Mas o problema da educação não ficou por aí. Infelizmente, assistiu-se à execução de uma Carta Educativa que não foi corretamente planeada e que tinha velocidades completamente distintas, que não teve a coragem de enfrentar algumas questões e que atuou de forma muito casuística e alguns exemplos onde a intervenção feita há pouco tempo, iria ter que ser feita outra vez, por alguma teimosia, por algum desconhecimento. Essa Carta Educativa foi, efetivamente, uma Carta que devia ser de planeamento a médio e longo prazo, teve um falhanço monumental, porque não atendeu àquilo que eram

as considerações e as especificidades de cada uma das freguesias, tendo em conta aquilo que seria a sua dinâmica de crescimento. Também o projeto educativo municipal não correspondeu às expectativas que ali foram colocadas, nomeadamente, pela bancada da coligação, porque não existia um projeto educativo municipal, naquilo que dizia respeito na sua verdadeira aceção da palavra. Assistiram, por exemplo, a umas atividades de enriquecimento curricular que, infelizmente, não tinham enriquecimento curricular praticamente nenhum, porque a estratégia que foi adotada não servia para que as escolas pudessem ter disciplinas complementares que enriquecessem aquilo que era o currículo do primeiro ciclo. E referia-se ao primeiro ciclo, porque aí a Câmara Municipal tinha, efetivamente, uma responsabilidade maior. Poderiam continuar, mas também havia uma coisa que queria reconhecer e que ia ali defender. A Câmara começou bem, continuou com uma boa política de apoios sócio educativos e ter apoios sociais educativos atinentes àquilo que eram as necessidades das várias comunidades nas várias freguesias, era também um processo para se combater o insucesso escolar e tiveram essa vontade, tiveram essa felicidade de continuar o trabalho que estava a ser feito, de continuar a implementar os apoios sócio educativos corrigindo e facilitando o acesso à educação e ao ensino. E mais, ajustaram-no às reais condições e pesasse embora um outro tropeção, mas foi uma área onde efetivamente era preciso reconhecer que houve uma atuação, que esteve de acordo com aquilo que eram as necessidades, e as Juntas de Freguesia poderiam melhor que o interveniente, também ir ali ou dizer, ou saber, que efetivamente isso aconteceu. Mas esperava-se mais da educação de uma cidade como Braga, uma cidade educadora, que não esgotava a sua educação nos espaços educativos, mas uma cidade educadora que dava as condições para que a sua população se educasse e educar era criar condições de civismo, de condições

de acesso à cultura, de acesso ao desporto, de convívio, de relação, nesse aspeto, muito ficou por fazer e era importante que os compromissos se pudessem cumprir, porque houve compromissos que foram celebrados com a DGESTE, que não foram cumpridos. Uma cidade como Braga que se pretendia que fosse um destino muito importante, para o turismo nacional e internacional, também tinha que ser uma cidade atrativa. Uma cidade para ser atrativa, tinha que ter uma mobilidade que facilitasse a deslocação no interior e também do exterior para o interior da cidade e também em sentido contrário. O que tinham vindo a perceber era que isso não tinha acontecido. Diziam, de vez em quando, que estavam a ser feitos estudos para algumas zonas de grande constrangimento, mas havia soluções que tardam em aparecer. Os planos repetiam-se e essas questões eram colocadas há oito anos a esta parte e apreciaram que praticamente não foi construído um metro linear de novas estradas que resolvessem os graves problemas de constrangimento. O que tinham vindo a apreciar, numa opção que pessoalmente discordava, era de alargamento dos passeios e estreitamento das ruas e estreitamento ainda maior, quando essas ruas acabavam por confinar com rotundas ou com cruzamentos e entroncamentos e, então, enquanto a velocidade de deslocação no interior da cidade era de cerca de vinte e poucos minutos, naturalmente seria muito maior e isso trazia um grave problema ambiental, porque quanto mais carros estivessem em circulação durante um determinado período de tempo, maior será o carbono libertado. E ao mesmo tempo que assistimos, às vezes, ao derrube de árvores sem justificação nenhuma, havia algumas que se justificavam, naturalmente, mas também havia outras que não se justificavam e que deveria, sempre que se derrubasse uma árvore, se calhar, plantar mais três ou quatro e, isso, infelizmente, não acontecia. E, depois, também tinham uma mobilidade que se pretendia até inteligente, entre a rotunda do Santos

da Cunha e a estação de caminhos de ferro, uma estrada inteligente, passadeiras inteligentes que não passaram de protótipos e, infelizmente, chegaram ao triste resultado de uma Junta de Freguesia até ter recebido uma informação do Município, quando pedia que as passadeiras fossem pintadas, pintadas só, quando deveriam ter um conjunto de sinalização vertical e horizontal e iluminação, a Câmara informou que não tinha tinta. Estavam perante uma situação que era grave. Também no início do anterior mandato, há oito anos ia aquela Câmara construir, decuplicar a rede pedonal e a rede ciclável, e a verdade foi que passados oito anos, assistiram, apenas, à construção de cerca de quatrocentos e cinquenta metros lineares de rede pedonal e ciclável e estavam agora a assistir a uma requalificação, que no entendimento de experts e no entendimento de quem o usava e no entendimento de quem via e apreciava, não ia conduzir a uma requalificação, mas sim conduzir a um grande embaraço. Portanto, estavam perante um compromisso de integração de uma mobilidade mais suave, de espaços destinados às bicicletas, enquanto mobilidade mais suave, ou à deslocação pedonal e, infelizmente, não assistiam nada. Se calhar, em contrapé, ou em contraponto, diria que nos trinta e sete anos da gestão socialista, não houve um ano em que não se fizesse uma variante, um túnel, uma elevação pedonal, e reparassem, desde a variante do Fojo, à variante da encosta, à avenida Júlio Fragata, que agora ia ser recuperada e que esperava contemplasse a passagem da Rua Dom Pedro quinto para a rua Nova de Santa Cruz, esperava que isso pudesse acontecer, porque isso também era um grande compromisso antigo. Dizer que também o próprio trânsito, como viam, era um trânsito que sofria e padecia com isso tudo, e o ambiente também sofria e padecia com isso. Tinham uns transportes públicos com pouca ambição, uns transportes públicos que vão ser eletrificados, iriam ter uma tração elétrica e a gás, durante até dois

mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três e depois até dois mil e vinte e nove, conforme o plano que foi aprovado, iriam voltar a ser a diesel e, portanto, iriam ter em dois mil e vinte e nove autocarros com um nível de vida de cerca de dezasseis anos e aquilo que era uma tração amiga do ambiente, iria, afinal, ser uma tração que não era amiga do ambiente e iria aumentar para uma maior carbonização da cidade de Braga que, infelizmente, já tinha uma poluição significativa. Falando, ainda, sobre o ambiente, havia um outro compromisso, que era o Parque das Sete Fontes. Tinha havido alguma evolução, sobretudo ao nível do projeto e ao nível da aquisição de terrenos, mas não chega. Oito anos era muito tempo, para tão pouco. Sabia que poderiam dizer que foram difíceis as negociações, mas uma bandeira como eram as Sete Fontes, era algo que tinha que ser feito de forma muito mais célere e muita coisa podia ter sido feita. Aliás, chegou ali o Partido Socialista, até através de intervenções suas, a dizer que muita coisa poderia ser feita, muita coisa poderia ser adquirida, nomeadamente as acessibilidades, porque elas estavam praticamente definidas e muito daquele terreno podia ter-se já adquirido e podia ser já modelado e podia ser já disponibilizado. Esperava, sinceramente, e os Bracarenses esperavam sinceramente, que aquilo que tinha vindo a público, se pudesse concretizar, mas a verdade porém, era que não estava concretizado e isso era muito mau, para quem estabeleceu um compromisso com os Bracarenses e não o cumpriu. Falar da cultura, era falar também daquilo que foi um desinvestimento significativo. Aliás, era verificar que a própria vereadora da Cultura e o pelouro da Cultura, ficou despojado daquilo que seriam algumas das suas ferramentas, nomeadamente o GNRation e mais algumas particularidades e algumas tarefas muito importantes, nomeadamente aquilo que era o caderno de encargos para a candidatura a Capital Europeia da Cultura, que foi entregue, como sabiam, à empresa Theatro

Circo. Tinham, neste momento, para além da crítica que já ali foi feita relativamente à cultura, um desinvestimento significativo e era importante. Era evidente que aquele ano e meio não permitiu fazer uma avaliação, se os projetos que havia para as media artes e para também outros projetos culturais que foram sendo apresentados, poderiam sobreviver àquilo que poderia ser a pandemia. Os principais projetos culturais vinham do passado e aí assistiam a uma narrativa, uma narrativa que dizia que Braga só começou a existir a partir de outubro, novembro de dois mil e treze, porque foi tudo perfilhado. Tudo começou com aquela Coligação, desde a Quinta Pedagógica, passando pela Escola de Trânsito, que esteve desativada durante algum tempo, continuando pela Noite Branca, Braga Romana, tudo isso foi perfilhado, porque a cidade de Braga, no entender daquela Coligação, não existia para trás, não existia antes de dois mil e treze, mas existia. Iria abordar, apenas, mais dois temas, porque não queria ser fastidioso e dizer, sabia que para além do resto, ainda fazia promover o riso, que era sempre muito importante para que estivessem descontraídos e pudessem ouvir com atenção aquilo que se ia dizendo. As Juntas de Freguesia eram responsáveis pelo desenvolvimento deste município. Ninguém podia dizer o contrário. E se existia um Município como Braga, onde não existia uma grande diferença naquilo que era oferta entre a freguesia mais afastada do centro da cidade, devia-se, sobretudo, ao trabalho dos autarcas. O que foi que prometeu o Sr. Presidente da Câmara? Que iria dignificar, ainda mais, o papel das Juntas. E até começou bem, com a intenção e também começou bem com os acordos de coesão, só que, depois, não conseguiu passar daí para a frente, porque a delegação de competências numa Junta de Freguesia, era muito importante para a dinamização da própria freguesia e para a criação de uma política de proximidade. E o que se assistia, hoje, e era verdade, era que aquilo que o Senhor Presidente da Câmara dizia no

passado, que era um grande problema, era que as freguesias ficavam com uma enorme carteira de obras e elas avolumavam-se e não eram executadas, mas nunca atingiram o limite do que era hoje, e bastava ver as obras que foram delegadas, as obras que estavam a ser realizadas, as obras que foram pagas, para verificar que aquilo que estava para realizar era de muitos milhões de euros e poderiam decorrer alguns anos até que todas elas se pudessem concretizar e que a Câmara Municipal tenha orçamento. Não queria dizer que o Sr. Presidente da Câmara não tivesse olhado com dignidade para as Juntas de Freguesia, mas aquilo que apontava o Partido Socialista no passado e que efetivamente teria agora alguma razão e ele agora duplicou, “truplicou como diz o Jorge Jesus”, os problemas ficaram triplicados, porque efetivamente qualquer Junta que o estava a ouvir, e algumas que não tinham nada, mas algumas tinham uma carteira de obras, que era uma coisa impressionante. Havia mesmo quem dissesse que havia muitas delas que não se faziam, porque havia empreiteiros que não queriam fazer as obras, porque havia obras que estavam feitas há algum tempo, mas não estavam pagas, e “Sr. Presidente é preciso inverter isto. E o Senhor sabe que é preciso alterar alguma coisa. E a culpa não é sua, só. Se calhar amanhã nenhuma. O Senhor herdou um Gabinete de Apoio às Freguesias, que já aqui foi reclamado, mas que foi implodido no tempo do antigo Vereador das freguesias, que desarticulou completamente uma estrutura, que no passado apoiava as Juntas de Freguesia e que efetivamente hoje não apoia, quem está à frente e a quem não reconhece competência, não tem, não tem autorização, se calhar, para poder impor-se aos serviços técnicos e exigir o cumprimento de um determinado número de medidas e deixe-me dizer-lhe, aqui, hoje, uma coisa, houve uma candidatura a eco freguesias e o nosso vizinho concelho de Guimarães, candidatou um conjunto de freguesias, para esse título eco freguesias”. Efetivamente foram apoiadas pelo

Município de Guimarães e vinte e quatro freguesias foram galardoadas com o título com a bandeira da eco freguesia, porque cumpria um conjunto de parâmetros ambientais de proximidade política, de apoio às populações e, felizmente para Gualtar e, infelizmente, para Braga, a única que se candidatou foi a freguesia de Gualtar, que ganhou também a bandeira da eco freguesia. E se o Sr. Vereador do Ambiente pudesse, efetivamente, ter montado um gabinete, uma estrutura, que pudesse apoiar aquela candidatura, hoje, poderia ir ali dizer que Braga tinha muitas eco freguesias e não teria apenas uma. Comparando a um concelho vizinho, como Guimarães, que tinha vinte e quatro, a outros concelhos de menor dimensão, que também tinham, percebiam porque era que esse gabinete de apoio às freguesias e o pelouro do Ambiente, efetivamente, estiveram muito mal. Terminava com um tema sempre muito importante, que eram as questões de natureza social. Havia uma intenção do Sr. Presidente da Câmara, que detetou uma necessidade, que tinha a ver com equipamentos sociais para a primeira infância, que eram as creches. Era um drama, mas queria dizer que também o anterior Vereador da área social, dinamitou a rede social de Braga, quando se lembrou de alterar as estruturas de Freguesia, alterando a sua composição numa determinada área. A partir daí, terminou aquilo que era o diagnóstico, o levantamento, o trabalho em rede, daquilo que era uma fase muito importante, quando se queria abordar as questões de natureza social. Tinha o Sr. Presidente a intenção de patrocinar e fomentar o aparecimento de creches. Devia fazê-lo, mas dizer, hoje, que o devia fazer, mas também sob o ponto de vista da rede social de Braga, que tinham que perceber que há cinco ou dez anos, tinha que haver um problema de subsistência, era preciso que houvesse um planeamento concreto, correto, para que tudo o que se pudesse fazer, fosse para a primeira infância, fosse para a terceira idade, se fizesse de uma forma planeada, para que essas

estruturas sociais, mais tarde, não se tornassem insustentáveis, porque elas para serem construídas tinham que, muitas vezes, recorrer-se a financiamentos bancários e se isto não tivesse sustentabilidade, ao fim de algum tempo, efetivamente, tinham aí um grande problema. Para terminar, dizer que o Partido Socialista não se revia, naturalmente, naquele trajeto do Município. Tinha coisas positivas. Quem fazia, também colhia alguma positividade, mas ficou muito aquém dos compromissos. Por isso, o Partido Socialista iria votar contra aquele Relatório de Atividades e daria, como sempre, até porque a relação entre as Juntas de Freguesia e o Executivo Municipal fazia-se de forma diferenciada e, portanto, havia sempre a liberdade de voto para as Juntas de Freguesia do Partido Socialista, que votariam em atenção, tendo em conta aquela que era a relação que tinha com o Município. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., RUI NUNO GONÇALVES MARQUES**, para dizer que: “Antes da minha intervenção, permitir-me-ia só fazer aqui um pequeno resumo da intervenção que me antecedeu. Apesar de estarmos aqui, hoje, agora, neste momento a apreciar o Relatório de Gestão e Contas de dois mil e vinte da Câmara Municipal de Braga, o Deputado João Nogueira, preferiu referir-se a um balanço de governação, que habitualmente é feito nas eleições, provavelmente porque não tinha nada a apontar a este relatório de gestão de contas e, portanto, vota contra, porque vota contra. Prometeu, aqui, identificar os compromissos políticos assumidos pela coligação nas eleições com os bracarenses, que não teriam sido concretizados, mas confesso que não me recordo de nenhum que tenha sido aqui apontado. Tomei nota de dois reparos, falou da rede pedonal e rede ciclável que, provavelmente, não teria sido feita com a extensão que, eventualmente, poderia ter sido proposta, mas, sobretudo, não teria sido construída com os critérios do projeto, segundo o especialista talvez. Mostrou saudades da política de betão da

gestão socialista, nomeadamente, ao nível da construção de túneis e viadutos, para criticar a política de mobilidade do atual executivo, mas, de facto, estamos noutro tempo, no tempo da mobilidade inteligente, da mobilidade sustentável, em que a prioridade não é o automóvel e, portanto, é natural que este tipo de investimentos já não façam sentido realizar-se. Passando à minha intervenção, procurando ser o mais breve possível, começar por dizer que o ano de dois mil e vinte foi um ano atípico e de grande exigência, constituindo, indubitavelmente, uma enorme prova de resiliência, de capacidade de adaptação a condições imprevistas e voláteis; uma prova de capacidade de superação das adversidades; de saber gerir e assumir prioridades sempre doseadas de grande sensibilidade social, que o Município de Braga, em geral, e o executivo, em particular, passaram com distinção. Foram, aliás, diversas as organizações internacionais a reconhecer a excelência do trabalho aqui desenvolvido, identificando-o muito justamente como uma boa prática ao nível das políticas locais. O município de Braga desempenhou, desde a primeira hora, como unanimemente é reconhecido, um papel ativo no combate a esta pandemia, tendo para o efeito estabelecido um conjunto de medidas excecionais e temporárias, através da implementação de um plano de ação que foi sendo adequado à realidade, que procurava incessantemente um equilíbrio entre a saúde pública e a economia local. Em momento de prestação de contas e para memória futura, é, por isso, oportuno e pertinente que se dê nota das ações estrategicamente delineadas e concretizadas pelo Município no âmbito do combate à pandemia: Ao nível do apoio à população, destaque para: Instalação do Centro de Rastreio para despistagem de Covid-dezanove; Disponibilização gratuita de testes de deteção do Covid-dezanove a todos os profissionais e idosos alojados em lares residenciais, bem como a distribuição de materiais de proteção pelas IPPS e instituições

necessitadas; Disponibilização de uma unidade de retaguarda para doentes infetados que não carecessem de cuidados clínicos; Reformulação do atendimento presencial no Balcão Único, passando a funcionar mediante marcação prévia, conjugado com a implementação do sistema “Call Back”, bem como com a consolidação da desmaterialização dos pedidos dos munícipes através do portal do Balcão Único. Os Profissionais de Serviços Essenciais foram também, muito justamente, alvo de um conjunto de medidas de apoio, nomeadamente: A disponibilização do Centro de Juventude de Braga para alojamento de profissionais de saúde do Hospital de Braga e ACES que estivessem na linha da frente do combate à pandemia; A criação de um centro de retaguarda, na Residência Universitária Carlos Lloyd, para acolher pessoas que se encontravam em lares e instalações congéneres afetados com casos de Covid-dezanove; e a disponibilização do Parque de Campismo de Braga para alojamento de vinte e quatro profissionais da área da saúde e outros agentes de proteção civil que não quisessem ou não pudessem regressar a casa. Foi também assumido, um forte compromisso e apoio ao nível da Educação, concretizado através: Da aquisição de dois mil equipamentos informáticos e dispositivos móveis de acesso à internet que foram disponibilizados às escolas para apoio aos alunos mais carenciados do Concelho; Do reforço do número de assistentes operacionais com objetivo de assegurar o cumprimento dos planos de contingência nas mais variadas dimensões: limpezas, controlo de acessos, desdobramento de turmas, etc; Da disponibilização de equipamentos de proteção individual a todos os colaboradores dos agrupamentos. E, apesar do Governo ter suspenso as transferências para o município em face da interrupção letiva, o município continuou a assegurar o financiamento às Freguesias em matéria de refeições escolares ao primeiro Ciclo e Jardins de Infância, bem como em matéria de

Atividades de Animação e Apoio à Família. Igualmente relevantes foram os apoios estabelecidos à comunidade através das empresas Municipais, destacando-se, entre diversas iniciativas: A isenção das tarifas de disponibilidade de água e saneamento e a isenção da tarifa fixa de resíduos aos clientes não domésticos; O reescalamento do tarifário para minimizar os aumentos registados no consumo de água dos clientes domésticos; A suspensão da realização de cortes de água a clientes com faturas em dívida, bem como a flexibilização dos pagamentos; Ao nível da mobilidade e transportes, a gratuidade de viagens na rede dos transportes urbanos de Braga nos meses de março e abril de dois mil e vinte; A criação de um passe para pessoas em situação de desemprego ou Lay off com cinquenta por cento de desconto; A criação de uma avença temporária e gratuita para os moradores das ruas inseridas na Zona de Estacionamento de Duração Limitada que se encontrassem numa das seguintes situações: infeção com Covid-dezanove; isolamento profilático; desemprego; lay off; teletrabalho ou acompanhamento de menores de doze anos. Ao nível da Habitação Social, foi implementada uma moratória extraordinária que abrangeu o pagamento das rendas de habitação social e foram também suspensas as ações de despejo por incumprimento contratual e ocupação sem título. Por fim, mas não menos importante, ao nível dos apoios às empresas: O lançamento da iniciativa “Braga de Porta Aberta”, que permitiu aos estabelecimentos estenderem a sua atividade para o espaço público, pelas ruas e praças adjacentes, através de um procedimento de licenciamento simplificado de esplanadas; A isenção de taxas e licenças municipais com vista a apoiar os sectores da restauração e do comércio; A implementação, em parceria com a Associação Comercial de Braga, do voucher educação com o objetivo de dinamizar a atividade económica das livrarias do concelho; A dinamização do projeto Comprar@Braga, promovido em parceria

com a InvestBraga e ACB, com o suporte logístico dos CTT, para apoiar e estimular os comerciantes Bracarenses na digitalização dos seus negócios; A disponibilização de uma plataforma interativa e gratuita de apoio ao emprego, que permite fazer o match entre empregadores e potenciais candidatos a preencher as vagas disponíveis nas empresas – a “Work in Braga”. Do ponto de vista financeiro, naturalmente, o exercício fica marcado pelo aumento das dificuldades na gestão de tesouraria. Desde logo, pela assunção integral dos custos associados ao plano de combate à pandemia, mas também pela quebra de receitas associada à crise económica e social que assolou o país. Esta situação poderia ter sido minimizada com alguma iniciativa de apoio governamental aos encargos assumidos pelas autarquias locais, mas infelizmente o Governo não entendeu conceder qualquer apoio às câmaras municipais, desvalorizando o trabalho absolutamente fundamental por estas desenvolvido no apoio às populações desde o início desta crise. Outras contrariedades foram encaradas e trabalhadas em dois mil e vinte. Após sentença em tribunal, foram encetadas negociações para a celebração de um acordo extrajudicial para pôr termo ao litígio com o Gabinete de arquitetura e engenharia responsável pelo projeto de construção do Estádio Municipal, tendo-se fixado um montante indemnizatório de cinco milhões euros, o que implicou um reforço das provisões do município na ordem dos dois vírgula cinco milhões de euros. Felizmente, o ano dois mil e vinte fica também marcado por aspetos positivos, como é o caso da proposta submetida e aprovada pelos órgãos municipais tendente à dissolução e liquidação da SGEB. Uma opção política há muito ambicionada por este executivo, que permitirá um ganho potencial para o Município de cinquenta e dois vírgula quatro milhões de euros no tempo, o que beneficiará a ação política dos próximos executivos municipais e, mais importante, beneficiará os Bracarenses. Apesar das

dificuldades vividas, dois mil e vinte não deixou de ser um ano marcante ao nível do investimento autárquico, tendo sido investidos, neste período, cerca de dezasseis vírgula um milhões de euros, o que significa que, nos últimos três exercícios, foram concretizados cinquenta milhões de euros em investimento autárquico, reflexo da ambição e da capacidade de gestão deste executivo. Investimentos estratégicos em projetos mobilizadores, social e economicamente relevantes, que tornarão Braga um território mais atrativo e competitivo: Infraestruturas educativas (que inclui, entre outros investimentos, a Escola Secundária de Maximinos): dois vírgula sete milhões de euros; Mobilidade: dois vírgula oito milhões de euros; Regeneração urbana (que inclui, entre outros investimentos, o Mercado Municipal de Braga): cinco vírgula dois milhões de euros; Valorização ambiental (que inclui, entre outros projetos, o Ecoparque das Sete Fontes): quatrocentos mil euros; Infraestruturas desportivas, recreio, lazer e de juventude (que inclui, entre outros projetos, o Centro Europeu da Juventude, Piscina Municipal da Rodovia, Parques Infantis): dois milhões de euros; Infraestruturas rodoviárias (que inclui, entre outros projetos, Avenida do Estádio, Avenida Robert Smith): um vírgula quatro milhões de euros; Modernização dos serviços gerais municipais (que inclui, entre outros projetos, modernização administrativa): um milhão de euros; Este conjunto de investimentos foi, ainda, acompanhado de centenas de intervenções, de norte a sul do concelho, em todas as Freguesias, onde, para além da concretização de diversas obras assumidas pelo município através de meios próprios, foram também investidos seis vírgula seis milhões de euros, distribuídos por contratos interadministrativos e apoios financeiros. Em dois mil e vinte, foi também possível alcançar um novo período de concretização de outros projetos marcadamente estruturantes para o concelho de Braga, e muito desejados pelos bracarenses. Assim, em matéria de valorização e

salvaguarda do nosso património, foram dados passos decisivos que permitem ao Município afirmar hoje a proteção do Monumento Nacional das Sete Fontes e que permitiram em dois mil e vinte a apresentação do Plano de Urbanização das Sete Fontes e do estudo prévio do Parque das Sete Fontes. No âmbito da valorização patrimonial, o ano de dois mil e vinte foi também o tempo de consolidação de projetos estratégicos e de cooperação institucional para a valorização do Parque Arqueológico assente na intervenção de valorização e musealização da Insula das Carvalheiras e da intervenção no Convento de São Francisco em Real. Foi também o ano de lançamento de projetos estratégicos para o futuro em matéria de mobilidade sustentável, nomeadamente a execução dos quatro projetos piloto do quarteirão da Praça do Bocage, Quinta da Fonte, Praceta João Beltrão e Montélios, tendo sido dado início à intervenção no eixo pedonal e ciclável da Variante da Encosta-Universidade do Minho com vista à implementação da rede ciclável e pedonal. Do ponto de vista do desempenho orçamental, este exercício à semelhança dos anteriores sob a responsabilidade do atual executivo, foi marcado pelo rigor, pela eficiência, pela ambição, pelo sentido de responsabilidade e pelo equilíbrio orçamental e capacidade de concretização. A receita arrecada ascendeu a cento e dez vírgula seis milhões de euros, que representa uma diminuição de dois vírgula quatro por cento face ao ano transato, que decorre da quebra das receitas correntes (menos três vírgula dois por cento), já que as receitas de capital registaram uma execução ligeiramente acima da do ano anterior (mais um vírgula seis por cento); Já a despesa assumida foi de cento e nove vírgula sete milhões de euros, que representa uma diminuição de cerca de três vírgula um por cento face ao exercício anterior, que decorre essencialmente da diminuição das despesas correntes (menos quatro vírgula nove por cento), uma vez que as despesas de capital cresceram ligeiramente face a dois mil e dezanove

(mais um vírgula três por cento). Verificou-se, por isso, um resultado líquido do exercício positivo de dois vírgula dois milhões de euros, situação que é merecedora de elogio público, atendendo ao contexto altamente adverso e à emergência sanitária, económica e social a que foi preciso acudir, sem prejudicar os investimentos estruturantes assumidos com os Bracarenses. Nota de destaque para o cumprimento das obrigações impostas pelo atual regime financeiro das autarquias locais, que determina que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Tendo em dois mil e vinte, o município alcançado um excedente neste indicador de nove vírgula nove milhões de euros. Do mesmo modo, o município evidencia uma poupança corrente do exercício de dezasseis vírgula um milhões de euros (mais zero vírgula nove milhões de euros face ao ano anterior), totalmente aplicada no financiamento de despesas de capital, cumprindo-se assim o princípio do equilíbrio orçamental e equidade intergeracional. Igualmente assinalável e merecedora de elogio, é a diminuição do passivo da autarquia, que ascende agora a sessenta e cinco vírgula cinco milhões de euros, que representa uma diminuição de cerca de um milhão de euros face a dois mil e dezanove (menos dois por cento), sendo que se retirássemos o efeito do aumento da provisão para riscos e encargos resultante de nova sentença em tribunal relacionado com a construção do Estádio Municipal, a diminuição do passivo ascenderia a três vírgula cinco milhões de euros. Uma prova de que este executivo governa sempre com o mesmo sentido de responsabilidade, independentemente do ciclo autárquico. Em suma, maximizar os recursos disponíveis, controlar os gastos, apesar do difícil contexto pandémico e da rigidez da estrutura de custos, apostar na diferenciação, na criatividade e em bons projetos tem sido a imagem de marca dos executivos liderados por Ricardo Rio e

que tão bons resultados têm proporcionado, permitindo a Braga afirmar-se pela diferença, ganhando projeção e afirmação internacional, ao mesmo tempo que melhora a qualidade de vida dos bracarenses e se constrói o futuro”. Passou a usar da palavra o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** para salientar que não era propriamente uma intervenção, porque queria aproveitar a presença do Senhor Presidente da Câmara, uma vez que ninguém gostava de ter esqueletos nos armários, foi com algum alarme que viram, ali, um processo mil e nove barra dezoito, que presumia, que uma munícipe, Mavilde da Conceição, instaurou contra o município. O valor foi que os espantou, eram oitenta e dois milhões e trezentos e cinquenta mil euros. Se o Senhor Presidente soubesse explicar aquele valor. Por outro lado, saber também porquê aquelas reservas que os Revisores Oficiais de Contas manifestaram na certificação legal, onde diziam que “apesar da evolução positiva verificada nos últimos exercícios e de algumas melhorias ao nível do controle interno, consideramos que ainda não foi possível obter prova de auditoria suficiente e apropriada para aferir acerca da integralidade e rigor dos rendimentos provenientes de taxas e impostos indiretos e serviços específicos das autarquias prestados pela entidade, bem como sobre as condições de realização das contas a receber correspondentes aos referidos rendimentos. Deste modo não nos é possível apurar, nem quantificar a eventual necessidade de ajustamentos no resultado do exercício Património Líquido, resultados transitados e ativos da entidade decorrentes da situação descrita”. Gostariam, também, de perceber o porquê dessa reserva. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO** para dizer que sobre aquelas duas questões, muito diretamente, a primeira, qualquer cidadão era livre de interpor um valor de referência, dentro do seu

entendimento, em qualquer ação que interpusse contra um terceiro, fosse o Município ou outro qualquer. Recordava que, por exemplo, a propósito do processo do estacionamento à superfície, a ação que foi interposta contra a Câmara era de cerca sessenta, setenta milhões de euros. Portanto, naturalmente, que depois teria que arcar com as custas inerentes se o processo não lhe desse razão. E, neste caso, obviamente, que os valores lhes pareciam completamente despropositados e o processo em si também, não queriam que tivesse qualquer tipo de cabimento, mas o valor tivesse, precisamente, a ver com a pretensão de quem o reivindicava, não era algo que fosse determinado de nenhuma forma objetiva que pudessem aferir. Quanto à segunda questão e à reserva, historicamente, os seus auditores levantaram várias questões, do ponto de vista dos procedimentos contabilísticos, que a Câmara vinha desenvolvendo. Tinham, ao longo dos anos mais recentes implementado vários mecanismos de controle adicionais, mas a verdade era que historicamente existiam emissões de receitas não documentadas de diversos serviços, havia, inclusivamente, uma componente que eles tinham, também, questionado diversas vezes, que tinha a ver com a segregação de funções dentro da área do urbanismo, de quem emitia as taxas ser a mesma entidade que fazia a apreciação dos processos. Eles consideravam que ela deveria ser separada e, portanto, tinha a ver mais com questões de natureza administrativa do que propriamente com dúvidas sobre a fidelidade das contas e a fiabilidade das contas da Câmara Municipal. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com cinquenta e três votos a favor, com uma abstenção e com catorze votos contra do P.S., da C.D.U e do B.E.. PONTO NÚMERO TRÊS – RELATÓRIOS ANUAIS DE CONTAS DE DOIS MIL E VINTE DAS EMPRESAS MUNICIPAIS (PARA CONHECIMENTO).** Para conhecimento da Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea a),

do número dois, do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, apresentam-se os Relatórios Anuais de Contas do ano de dois mil e vinte das Empresas Municipais: a) - TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.; b) - IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.; c) - AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.; d) - Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.; e) - Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.. Os aludidos documentos dão-se por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. O **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** usou da palavra para dizer que recomendava ao seu estimado amigo Rui Marques, que estivesse atento àquilo que iria dizer, porque se não depois ia ali dizer que se esqueceu de alguma coisa. Há bocado, por acaso, ele depois até referiu as Sete Fontes o que não deixava de ser engraçado, mas havia muito mais. Passando em análise àquilo que eram os relatórios das várias empresas municipais, dizer que a pandemia afetou de uma forma geral o trabalho que eles tinham preconizado, numas mais, noutras menos. A única que efetivamente diria que era uma sobrevivente e que manteve um funcionamento, até porque sendo uma empresa com uma área sanitária de extrema relevância para o Município de Braga, naturalmente continuava a funcionar, estava a referir-me, nomeadamente à Agere. Teve um desempenho que permitiu ultrapassar aquela dificuldade, com segurança e com confiança e, portanto, registar essa questão. O único, diria, senão era a questão, que nunca era falada e que o Partido Socialista não compreendia era o contrato de concessão de gestão delegada, que era uma situação deveras importante e que não estava refletido ao nível da

preocupação e aquilo que era uma urgência no passado, hoje não era urgência e até compreendiam, aceitavam e concordavam, era que no final do mandato uma situação de grande responsabilidade, devia levá-los para o próximo e aí, sim, discutir essa questão. Mas também esta questão da higiene e limpeza, era uma outra questão que também precisava de ser apurada e concretizada, porque também já eram longos os anos em que essa situação inibia, efetivamente, que a repartição daqueles que eram os lucros da empresa, pudessem ser feitos como devia ser, em devido tempo. Passando às outras empresas, e essas sim, tiveram todas um impacto significativo com redução significativa da sua atividade. Houve empresas que realmente tiveram desempenhos também de combate à Covid e era preciso registar isso ali, nomeadamente os Transportes Urbanos de Braga que se mantiveram a funcionar e isso foi importante, por um lado, para evitar grandes aglomerações, mas todas elas, de uma forma geral, tiveram forte participação financeira da Câmara, para que elas pudessem subsistir e continuar a manter os postos de trabalho como, aliás, algumas referiram. Esse tempo poderia ser aproveitado, por algumas delas, para efetivamente trabalhar, porque poderiam não ter trabalho físico, sob o ponto de vista do contacto com as pessoas, ou de atividades, ou de festividades, ou de atividades culturais etc., mas poderiam ter algumas atitudes, referindo por exemplo Bragahabit, havia um regulamento de apoio habitacional, que foi muito falado há um ano e que ninguém sabia onde ele parava. Esse regulamento, pensava que a Administração da Bragahabit não esteve confinada, não esteve em teletrabalho e até achava que na Bragahabit o teletrabalho foi encarado pelo executivo, como um mau vício, uma coisa que não devia ser feita, portanto esse trabalho

poderia estar cá fora. Também Bragahabit, deveria ter um envolvimento muito maior, porque era a ferramenta do Município, para as questões da habitação, ter um maior envolvimento naquilo que foi o trabalho para a estratégia local de habitação. E foi uma pena ter desperdiçado naturalmente isso, porque em tempo de confinamento, era possível fazer algum trabalho de gabinete, porque o teletrabalho esteve lá um bocado arredado, porque o Administrador pensava que o teletrabalho era mais para uma classe que ali se abstinha de citar. Os Transportes Urbanos tiveram naturalmente muita dificuldade, sobrevivendo, sob o ponto de vista financeiro, graças à forte participação do Município. Não era a adjetivação que aparecia nesse relatório, porque era uma adjetivação que não diria lírica, era idílica, porque éramos os melhores transportes do mundo, confortáveis, seguros, a tempo e horas, não falhava um segundo, uma coisa do outro mundo. Não era verdade. Tinham que ser corretos e realistas. Os Transportes Urbanos continuavam a ter falhas, mas compreendiam que em tempos de pandemia eles tiveram um bom desempenho, mas não eram aquilo que a mensagem da administração votava cá para fora. Não, longe disso. O Theatro Circo foi também uma empresa que sofreu um grande impacto e, apesar de ter engordado culturalmente com a integração do GNRation a partir de setembro, fez algumas intervenções de obras no espaço, naturalmente não teve grande atividade, nem pode promover aquilo que era o seu plano de atividades e, portanto, esperavam por melhores dias, porque a apreciação daquele relatório só seria feita depois. Confessou que, sob o ponto de vista contabilístico, tentou e ajustou-se, apesar de não estar concluído o processo de adaptação ao novo sistema contabilístico, mas iria fazê-lo e

esperava que sinceramente o fizesse o mais rapidamente possível. Quanto à InvestBraga para terminar, dizer que foi também uma área onde efetivamente a pandemia teve efeitos negativos de grande monta, desconheciam, ainda, a natureza e o tipo de contrato que esse espaço tinha com a Altice, continuava no segredo dos deuses. O relatório de atividades nada dizia sobre isso e diria que isso era um saco azul de alguma coisa que naturalmente não interessava conhecer e que só lhes era dado a conhecer, se tivessem a confidencialidade devidamente assinada. Esperavam que a InvestBraga, que também adjetivava muito aquilo que eram os seus objetivos, com alguma pompa e circunstância, que pudesse estar à altura de uma retoma, que nas palavras do Deputado Rui Marques, teve um grande desempenho naquilo que foi a minimização de impactos da Covid no tecido empresarial e económico do concelho de Braga, efetivamente a InvestBraga, que tanto propagava ser o grande dinamizador do emprego na cidade de Braga que, efetivamente, ele pudesse estar à altura para essa retoma, para o relançamento. Esperavam, sinceramente que assim fosse, porque no passado ouviram que muito daquilo que era a empregabilidade que o concelho de Braga assistia, se devia, sobretudo, a medidas do município, efetivamente constataram, depois, através de documentos até da própria empresa, que o Governo, através de um conjunto de medidas, teve um efeito muito positivo para a empregabilidade. Esperavam, sinceramente, porque sem uma situação económica saudável, efetivamente as famílias também não podiam ter qualidade de vida, esperavam que a InvestBraga pudesse ganhar energia e robustez necessária, para o relançamento da economia no concelho de Braga. Portanto, diria que o denominador comum daqueles relatórios era

efetivamente a caracterização dos efeitos negativos da pandemia e a forma como eles tentaram ultrapassar as dificuldades, mas, também, um conjunto de atitudes que poderia ser aproveitado e que, infelizmente, como ali referiu, não foram aproveitados. Se lhe falhou alguma coisa, pedia ao Deputado Rui Marques que o fosse ali corrigir.

PONTO NÚMERO QUATRO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL – NÃO ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

*Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada pelo Executivo na reunião de trinta e um de maio do ano em curso, relativa à transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, a não aceitação das competências para o ano de dois mil e vinte e um, nos termos do Decreto-Lei número cinquenta e cinco barra dois mil e vinte, de doze de agosto, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Para dar início à discussão deste ponto da ordem de trabalhos, usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA** para salientar que:*

“Embora não tenha um mandato expresso, gostaria de dizer que é talvez um sentimento unânime de todos os membros da nossa bancada, que esta é a Assembleia Municipal mais triste que tivemos nos últimos tempos. A Assembleia Municipal com a saída do Granja, da pessoa que ele é, do político que ele é e que continuará a ser no futuro e a sua saída é algo que nos apanhou de surpresa, nos entristece, ficamos um pouco perdidos, do ponto de vista político, com esta situação. Foi fácil reconhecer durante estes anos, que as Assembleias Municipais sem o Granja são uma coisa, com ele são outra, sem desprimor, evidentemente,

por todos os nossos colegas de bancada dos vários partidos. Mas, realmente, é um facto que o seu rasgo político, a sua capacidade conciliatória, a maneira como punha as questões, o seu humor, o respeito que granjeava e granjeia por todos os nossos colegas, independentemente das bancadas, é algo que só um grande político, uma grande pessoa e um grande Bracarense pode alcançar. Granja, és um grande democrata. Dignificaste como ninguém o nosso projeto político, dignificaste como ninguém a nossa bancada, as nossas vontades, as nossas lutas. Do ponto de vista pessoal, devo-te dizer que sempre te admirei bastante a maneira como preparavas as assembleias, da maneira como distribuías o trabalho, da maneira como chamavas a atenção de certos pontos e, realmente, digo-te João, que isto vai ser mais difícil sem ti. Foste um grande Bracarense, aliás, és um grande Bracarense e também quero-te deixar este ponto, o atual projeto político de Braga, começado com o João há mais de vinte e cinco anos, seria muito mais difícil de conseguir, seria muito mais difícil de chegar, sem o João, não digo que isso fosse impossível, com certeza que não era, mas seria muito mais difícil de o ter. O João foi fundamental, em alguns aspetos, nestes anos, para chegarmos à situação que chegamos. Portanto João, do meu ponto de vista pessoal, penso que os meus colegas do ponto de vista político e pessoal, esperemos que isto não seja nenhum interregno, que continues aqui, que continues a lutar pela tua cidade, pelo projeto de que também és responsável. O PSD, como partido intrinsecamente ligado ao poder local defende o aumento das competências municipais, uma vez que, em diversas matérias do nosso domínio coletivo, a proximidade das autarquias aos cidadãos permite uma maior qualidade dos serviços a prestar à população. Só assim se consegue aplicar o Principio da Subsidiariedade, consagrado a nível comunitário, que implica que haja o garante de determinados graus de autonomia da autoridade concelhia ou da freguesia, em relação ao

poder central ou poder municipal, respetivamente. Isto implica uma repartição de competências entre diversos níveis de poder, que diz respeito à organização do estado e que, grosso modo, defende a ideia que uma ação ou política pública, só não deve ser desenvolvida pelo poder eleito mais próximo das populações, quando os seus objetivos não podem ser plenamente alcançados dessa forma. Sendo assim, tem todo o sentido que determinados serviços de ação social sejam de competência municipal como estabelece o Decreto Lei cinquenta e cinco barra dois mil e vinte, de doze de agosto. Acontece também, como sempre o PSD também defendeu, ser necessário que o governo tenha em consideração a preparação dos municípios para assumir e desenvolver estas competências de maneira a melhor servir os cidadãos. Essa preparação prévia implica que estas competências têm de ser transferidas com o correspondente envelope financeiro e implica também todo um trabalho prévio de preparação do município a nível dos recursos humanos, patrimonial, organização administrativa. Globalmente, com esta descentralização administrativa, a Câmara Municipal terá a seu cargo os respetivos recursos humanos, que fazem hoje parte da administração direta ou indireta do estado e que passarão para o Município. Os bens patrimoniais, bem móveis ou imóveis, afetos às áreas de competências a transferir, ficarão também a cargo do Município. O Município de Braga terá também a seu cargo as respetivas despesas de gestão, de logística e com as dívidas inerentes. O Município de Braga herdará a posição da administração estadual decorrentes da transferência de competências, em contratos de qualquer espécie que a ela digam respeito e, portanto, responderá pelas respetivas dívidas, como está claramente estipulado no artigo octogésimo-D da Lei das Finanças Locais. Veremos até, com alguma curiosidade, se será possível à maior parte dos municípios receberem em dois mil e vinte e dois as competências governativas que pela lei atual deverão

obrigatoriamente receber no próximo ano, ou se deverá ocorrer um novo prolongamento do prazo da sua transferência. A tudo isto e algo muito mais, aludiu o PSD nas assembleias municipais anteriores. É natural a preocupação da Câmara Municipal pela atual insuficiência de elementos ou informação para avaliar o real impacto que o processo das presentes transferências governativas iria provocar nos serviços municipais. Insuficiência de informação a colmatar em futuro próximo. O facto de esta Assembleia ter aprovado no passado a proposta do executivo de transferências de competências, relativamente às quais tem condições de servir plenamente a população, como no caso do policiamento de proximidade, jogos de fortuna e azar ou as contraordenações leves a nível de trânsito, só prova a coerência quer da Câmara, quer desta assembleia nas posições anteriormente adotadas. Coerentemente, a assunção de competências do município em diversas matérias no domínio da Ação Social, só poderá ser aceite quando se souber o impacto que essas competências terão na organização dos respetivos serviços, quer a nível da sua estrutura funcional, financeira, a nível dos recursos humanos, tecnológicos e a nível procedimental. De salientar o estudo técnico e detalhado que os serviços municipais estão a fazer para a futura implementação destas competências. Estudo esse que visa as competências da ação social, nomeadamente nos serviços de atendimento e de acompanhamento social, no desenvolvimento do importante instrumento que serão os Contratos Locais de Desenvolvimento Social, na operacionalização do Rendimento Social de Inserção, bem como a criação das cartas sociais e municipais, objeto das Portarias sessenta e três, sessenta e quatro, sessenta e cinco e sessenta e seis de dois mil e vinte e um e decorrentes do Decreto Lei cinquenta e cinco barra dois mil e vinte. No entanto chamo a atenção a esta Assembleia para o seguinte: O governo, através do Decreto cinquenta e cinco barra dois mil e vinte, obrigou-se a

publicar as portarias que referi, mas obrigou-se também, pelo artigo décimo sexto do mesmo diploma a publicar, através de um despacho, os mapas com os respetivos fundos financeiros inerentes. Algo que ainda não fez! E é estipulado, no mesmo diploma, que o deveria ter feito até novembro de dois mil e vinte! Então o governo, no mesmo diploma legal, é obrigado além de transferir as competências nesta matéria, a publicar um despacho dos mapas com os respetivos fundos, mas só exerce a primeira das suas obrigações, sendo completamente omissa e inativa na sua obrigação quanto ao financiamento inerente? Mais! Estamos agora a referirmo-nos a dois mil e vinte e um mas, nem quanto às transferências relativas a dois mil e vinte e dois, publicou os respetivos mapas de financiamento, como deveria ter feito até trinta de maio do corrente, conforma estipula o artigo décimo sexto, número três do diploma em análise. Ou seja, o governo até hoje ainda não exerceu as suas obrigações financeiras para o ano de dois mil e vinte, nem para o ano de dois mil e vinte e um, tendo sido completamente omissa e inativa. Nestas condições, alguma vez o Município de Braga poderia aprovar a presente transferência de competências? Impossível! A preocupação deste Município com os problemas sociais da sua população está bem patente na sua política social. São inúmeros os programas e as medidas implementados desde há quase oito anos a esta parte, como o Braga Sol, quer a nível das obras, quer a nível dos transportes, o tarifários social da AGERE e de Famílias Numerosas, os descontos nos impostos municipais, os auxílios económicos à educação, os programas de apoio à saúde para determinado tipo de doentes, nomeadamente os oncológicos, diabetes, combate à obesidade, apoio aos sem abrigo e muito outros. Importante medida de apoio social e económica são os descontos nos transportes públicos que abrangem idosos, estudantes, pessoas em carência económica e desempregados. Há um sem número de programas de apoio social, criados e

desenvolvidos por este município sendo de destacar todo o apoio dado pelo município à franja mais vulnerável da nossa população, a nível de alimentação e medicamentos decorrente da atual pandemia. Não é por acaso que Braga ganha todos os anos, desde que este executivo tomou posse, o prémio de autarquia familiarmente responsável. Por outro lado, em relação a todo o período de vacinação, o trabalho do município em articulação com os serviços de saúde, é um motivo de orgulho para a nossa população e um exemplo para o país. Toda esta atividade municipal reflete a importância que o apoio social tem para este município. Assim, o grupo parlamentar do PSD, pelas razões acima expostas, vota favoravelmente a proposta do executivo municipal de não aceitação das competências no domínio de ação social para o ano de dois mil e vinte e um”. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com oito abstenções do P.S..** O **Sr. Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA,** apresentou uma **Declaração de Voto** que referia que, efetivamente, o seu voto favorável não era exatamente pelas mesmas razões que foram ali elencadas pelo Senhor Deputado Joaquim Barbosa, pelo PSD, mas porque, efetivamente, consideravam que aquela transferência de competências tinha que ser feita no âmbito daquilo que estava definido na Constituição Portuguesa, no âmbito de uma regionalização e não no âmbito daquela lei que acabou por ser cozinhada, efetivamente, até, entre o PS e o PSD. **PONTO NÚMERO CINCO – COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE AO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES E ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA, DESTINADAS ÀS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO PRÉ- ESCOLAR E DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE BRAGA – DOIS MIL E VINTE E UM – DOIS MIL E VINTE E DOIS.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos

termos do disposto na alínea c), do número um, do artigo sexto da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de catorze de junho do ano em curso, relativa ao pedido de autorização da assunção do compromisso plurianual, referente ao fornecimento de refeições escolares e atividades de animação e apoio à família, destinadas às crianças da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico da rede pública do concelho de Braga – dois mil e vinte e um – dois mil e vinte e dois, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com duas abstenções do B.E..** Seguiu-se a apresentação de uma **Declaração de Voto** pela **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, que referia que a sua abstenção naquele ponto tinha a ver com o facto de apontar algumas fragilidades no que dizia respeito ao modelo de fornecimento das refeições escolares que, no seu entender, carecia de revisão no sentido de privilegiar a gestão nas cantinas escolares pelos agrupamentos, com a aquisição de alimentos junto dos produtores locais, diminuindo a pegada ecológica e promovendo a economia circular. Por outro lado, as próprias atividades de apoio às famílias precisavam, no seu entender, o modelo que estava criado implementado, precisava, no seu entender, de uma revisão urgente, na medida em que assentava, sobretudo, em trabalho precário e tinha algumas questões de carácter pedagógico, também, sobre os quais importava refletir. E, nesse sentido, foi, então, o seu voto de abstenção. **PONTO NÚMERO SEIS – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de

setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de três, dezassete e trinta e um de maio e de catorze de junho do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - Junta de Freguesia de Adaúfe, para a execução da obra denominada “Alargamento da rua das Escadinhas”, no montante de sessenta mil euros e sessenta e seis cêntimos; Dois - Junta de Freguesia de Lamas, para a execução da obra denominada “Alargamento da rua da Cabaínha”, no montante de catorze mil novecentos e noventa e cinco euros e quarenta e um cêntimos; Três - Junta de Freguesia de Figueiredo, para a execução da obra denominada “Requalificação de passeios na travessa Senhora dos Bons Caminhos”, no montante de dezasseis mil oitocentos e um euros; Quatro - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), para a execução da obra denominada “Requalificação da rua do Maragoto”, no montante de seis mil quatrocentos e setenta euros e oitenta e sete cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Alargamento e repavimentação da rua das Alminhas – segunda fase – Penso Santo Estevão”, no montante de cinquenta e seis mil trezentos e sessenta e três euros e trinta e seis cêntimos; Seis - Junta de Freguesia de Sobreposta, para a execução da obra de “Construção do Espaço Jogo Recreio do Souto”, no montante de sessenta e nove mil novecentos e trinta e quatro euros e setenta e um cêntimos; Sete - Junta de Freguesia de Figueiredo, para a execução da obra denominada “Requalificação dos passeios da rua das Pedreiras – trabalhos a mais”, no montante de oito mil cento e nove euros; Oito - Junta de Freguesia de Palmeira, para a execução da obra denominada “Instalação da rede de drenagem de águas pluviais – rua do Rio”, no montante de cinquenta e um mil cento e cinquenta e nove euros e oitenta e um cêntimos; Nove - Junta de Freguesia de

Palmeira, para a execução da obra denominada “Instalação da rede de drenagem de águas pluviais – rua do Pinhal”, no montante de cinquenta e três mil setecentos e vinte e cinco euros e vinte e oito cêntimos; Dez - Junta de Freguesia de Palmeira, para a execução da obra denominada “Instalação da rede de drenagem de águas pluviais – rua da Veiga”, no montante de quarenta e cinco mil novecentos e noventa e quatro euros e setenta e oito cêntimos; Onze - Junta de Freguesia de Sequeira, para a execução da obra denominada “Pavimentação da praça das Caldas”, no montante de seis mil oitocentos e oitenta e dois euros e cinquenta e oito cêntimos; Doze - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, para a execução da obra denominada “Alargamento da rua da Igreja”, no montante de doze mil quarenta e oito euros e sete cêntimos; Treze - União de Freguesias de Crespos e Pousada, para a execução da obra denominada “Rua da Devesa”, no montante de sete mil setecentos e quarenta e seis euros e noventa cêntimos; Catorze - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Requalificação da calçada do Fiteiro – Arentim”, no montante de doze mil cinquenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos; Quinze - Junta de Freguesia de Sobreposta, para a execução da obra denominada “Reabilitação dos passeios do loteamento do lugar da Bouça do Monte do Senhor”, no montante de trinta e um mil trezentos e sessenta e dois euros e vinte e sete cêntimos; Dezasseis - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Requalificação do caminho da Vinha – Cunha”, no montante de trinta e quatro mil oitocentos e oitenta e dois euros e quarenta e um cêntimos; Dezassete - Junta de Freguesia de Tebosa, para a execução da obra denominada “Projeto de requalificação de muro de suporte ao caminho – rua da Seara”, no montante de mil cento e trinta e três euros e catorze cêntimos; Dezoito - Junta de Freguesia de Sequeira, para a execução da obra denominada “Travessa da

Quinta da Mesquita”, no montante de treze mil trezentos e cinquenta e seis euros; Dezanove - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Requalificação da rua dos Pardieiros – Projeto - Penso Santo Estevão), no montante de dois mil setecentos e seis euros; Vinte - Junta de Freguesia de Tebosa, para a execução da obra denominada “Repavimentação da travessa da Igreja – aditamento”, no montante de onze mil seiscentos e sessenta e um euros e sessenta e seis cêntimos; Vinte e um - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “Requalificação da rua Nova – Projeto – Celeirós”, no montante de cinco mil quarenta e seis euros e catorze cêntimos; Vinte e dois - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “Repavimentação da rua da Fonte – Vimieiro”, no montante de mil quinhentos e sessenta e nove euros e oitenta cêntimos; Vinte e três - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Reparação do pavimento na confluência da Estrada Nacional trezentos e dezanove com o cruzamento da Estrada Municipal seiscentos e vinte e oito e a rua da Escola – Escudeiros”, no montante de trezentos e trinta e nove mil duzentos e cinco euros e quarenta cêntimos; Vinte e quatro - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “Requalificação parcial da rua do Noval – Aveleda”, no montante de dezassete mil quinhentos e sessenta e oito euros e quarenta e quatro cêntimos. Postas à votação foram as presentes propostas **aprovadas com duas abstenções do B.E..**

PONTO NÚMERO SETE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de três, dezassete e trinta e um de maio e de catorze de junho do ano

em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar a “Limpeza e preparação da praia fluvial de Palmeira para a época balnear”, no valor de catorze mil setecentos e trinta e quatro euros e quarenta cêntimos; Dois - União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar a obras de “Requalificação da zona de lazer e parque fitness – Crespos”, no valor de dez mil quinhentos e oitenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos; Três - União de Freguesias de Lomar e Arcos, destinado a apoiar “Pequenas obras nos cemitérios de Lomar e Arcos e pintar abrigos de paragens nas duas freguesias”, no valor de vinte e quatro mil setecentos e oitenta e oito euros e dez cêntimos; Quatro - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar a obra “Cobertura de box dos cavalos no Bom Jesus”, no valor de seis mil duzentos e vinte e dois euros e vinte cêntimos; Cinco - Junta de Freguesia de Figueiredo, destinado a apoiar a obra de “Reparação e substituição de bomba de água do sistema de rega da capela de Nossa Senhora de Fatima”, no valor de oitocentos e noventa euros e cinquenta e sete cêntimos; Seis - Junta de Freguesia de Priscos, destinado a apoiar o “Projeto de arquitetura do parque de lazer de Ossada”, no valor de onze mil e setenta euros; Sete - União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar a obra de “dois abrigos de passageiros - Pousada”, no valor de três mil novecentos e vinte e sete euros e quarenta e nove cêntimos; Oito - União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado a apoiar a obra de “Criação do Espaço do Cidadão na Junta de Freguesia de Arentim”, no valor de mil duzentos e oito euros e setenta e três cêntimos; Nove - Junta de Freguesia de Sobreposta, destinado a apoiar a “Biblioteca comunitária de Sobreposta – armários”, no

valor de seis mil novecentos e catorze euros e setenta e seis cêntimos; Dez - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), destinado a apoiar a obra de “Construção de muro e arranjo do parque de lazer na rua do Pregal – Este São Mamede”, no valor de sete mil novecentos e sessenta e cinco euros e noventa cêntimos; Onze - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, destinado a apoiar o “Projeto da casa mortuária de Real”, no valor de oito mil trinta e cinco euros e doze cêntimos; Doze - Junta de Freguesia de Sequeira, destinado a apoiar a obra de “Requalificação do cemitério”, no valor de vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e sete euros e noventa e oito cêntimos; Treze - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar o “Circuito de Palmeira – Prémio Peixoto Alves”, no valor de mil e quinhentos euros; Catorze - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, destinado a apoiar as “despesas do pagamento da luz do pavilhão gimnodesportivo, utilizado exclusivamente pela Escola Carlos Amarante”, no valor de cinco mil oitenta e seis euros e quarenta e nove cêntimos; Quinze - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, destinado a apoiar a execução da obra “envolvente e construção da casa mortuária de Real”, no valor de cento e trinta e quatro mil duzentos e oitenta e sete euros e oitenta cêntimos; Dezasseis - União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, destinado a apoiar a “aquisição de terrenos – cemitério de Passos São Julião”, no valor de vinte e dois mil setenta euros e quarenta e oito cêntimos; Dezassete - União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, destinada a apoiar a obra de “requalificação de sistema de distribuição de água de nascente e fontanários – Passos São Julião”, no valor de quatro mil cento e onze euros e cinquenta e três cêntimos; Dezoito - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado a apoiar as “obras de conservação – cemitério de Frossos”, no valor de dezassete mil oitenta e quatro euros e cinquenta cêntimos; Dezanove -

*Junta de Freguesia de Pedralva, destinado a apoiar a obra “garagem para veículo ULPC (Unidade Local de Proteção Civil)”, no valor de nove mil quatrocentos e vinte e dois euros e sete cêntimos; Vinte - Junta de Freguesia de Ruílhe, destinado a apoiar o “projeto da casa mortuária e arranjos exteriores”, no valor de dez mil euros; Vinte e um - Junta de Freguesia de Lamas, destinado à aquisição de hipoclorito para a Piscina Municipal de Lamas, no valor de dois mil euros; Vinte e dois - Junta de Freguesia de Sobreposta, destinado à aquisição de hipoclorito para a Piscina Municipal de Sobreposta, no valor de dois mil euros; Vinte e três - União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado à aquisição de hipoclorito para a Piscina Municipal de Arentim, no valor de dois mil euros; Vinte e quatro - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar a obra de “alargamento da horta urbana das Lameiras”, no valor de quatro mil setecentos e oitenta e um euros e três cêntimos. Postas à votação foram **todas as alíneas com exceção das seis, onze e vinte foram aprovadas com duas abstenções do B.E.; as alíneas seis, onze e vinte foram aprovadas com quatro votos contra da C.D.U. e com duas abstenções o B.E.. O Sr. Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA, apresentou uma Declaração de Voto**, referindo que o motivo que os levou a votar contra, não era porque estivessem contra aqueles investimentos. Não estavam. Não tinha nada a ver com isso. Tinha a ver, única e exclusivamente, com o facto de considerarem que os projetos de arquitetura deveriam ser desenvolvidos no âmbito camarário e não no âmbito das freguesias. **PONTO NÚMERO OITO – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS (PARA CONHECIMENTO)**. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do número três do artigo H-um barra décimo oitavo do Código Regulamentar do Município de Braga, a informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal de Braga ao abrigo*

dos artigos H-um barra décimo sexto, H-um barra décimo sétimo do mencionado Código Regulamentar, a qual se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO NOVE - RECOMENDAÇÃO SOBRE O REGULAMENTO PARA OS ESPAÇOS VERDES DO MUNICÍPIO DE BRAGA.** O Sr. Deputado do P.S.D., **JOSÉ RAÚL DE OLIVEIRA RODRIGUES** abriu a discussão, tendo, para o efeito, referido que: “Na sequência da recomendação proposta pelo Bloco de Esquerda na última Assembleia, a Comissão de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil reuniu, fizemos duas reuniões, para fazermos a proposta do documento final a ser submetido a esta Assembleia. Trata-se de um documento que queria, antes de mais, agradecer o empenho de todos os membros desta Comissão, a forma franca, a forma sincera e todos despidos de ideologias conseguiram, de facto, dar um contributo para que esta proposta chegasse a bom porto e queria também agradecer ao Senhor Presidente desta Comissão a amabilidade e a confiança depositada, convidando-me para ser o relator deste documento. Proposta de criação de um regulamento para espaços verdes do município de Braga: Na sequência de uma recomendação do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Braga do passado dia dezassete de dezembro para a criação de regulamento municipal para a intervenção no arvoredo urbano e tendo esta recomendação seguido para análise para a Comissão de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil, vem esta Comissão apresentar uma Recomendação mais abrangente. Nos últimos anos, a valorização dos espaços urbanos cresceu significativamente, apoiando-se na exposição da sua múltipla funcionalidade. Diversos estudos têm demonstrado que as funções e benefícios dos espaços verdes têm variado e evoluído ao longo da história, acompanhando as transformações das Cidades e da sociedade.

Foram várias as funções ambientais sociais e culturais desde as primeiras manifestações artísticas dos jardins, passando pelas áreas verdes de propriedades privadas para uso das classes privilegiadas até à criação no século dezoito de grandes zonas verdes para uso da população. Durante o século dezanove importantes ampliações urbanísticas foram responsáveis pela construção de avenidas arborizadas e de grandes zonas verdes que permitiam a entrada de ar luz. A partir desse período os espaços verdes foram sendo caracterizados por funções específicas de ordem estética, social e higienista. No entanto, durante a primeira metade do século vinte, as mudanças ocorridas comprometeram de forma significativa a relação do homem com a cidade, afetando diretamente a qualidade do meio urbano e o bem estar da população, suscitando a partir da segunda metade do século vinte desafios e preocupações ambientais globais. Com as crescentes preocupações e as necessidades de se desenvolver mecanismos de diminuição e de contenção dos problemas ambientais das cidades, a partir desse período os espaços verdes passaram a ter um certo destaque na esfera das políticas públicas. Um carácter multifuncional foi progressivamente sendo marcado nas diferentes abordagens desses espaços, refletindo, assim, suas diversas funções e benefícios. Apesar dos aspetos positivos e da importância dos diversos benefícios dos Espaços Verdes a sua multifuncionalidade tem trazido novos desafios à gestão urbana uma vez que a sua implementação exige uma definição com relação às prioridades de função a fim de qualificá-los. Em muitas cidades é notória a dificuldade de ordenamento desses espaços junto à malha urbana, uma vez que se observam espaços verdes, cada vez mais precários e desconectados, que se traduzem no pouco aproveitamento dos seus benefícios. A cidade de Braga não constitui exceção à regra. Considerando que as populações exigem cada vez mais a preservação da qualidade do ambiente, aliada a elevados

níveis de segurança e bem estar; Considerando que o Direito do Ambiente está indissociavelmente ligado ao dever de o proteger, de o preservar e de o respeitar de forma a assegurar o desenvolvimento sustentável a longo prazo, nomeadamente, para as gerações futuras; Considerando que a existência de espaços verdes assume uma importância fundamental na melhoria da qualidade de vida das populações, não só porque permite alcançar o equilíbrio ecológico das paisagens urbanas, bem como porque tem um efeito compensador relaxante e indutor do convívio social e possibilitam o crescimento físico e psíquico equilibrado das crianças e jovens; Considerando que o desenvolvimento sustentável dos agregados populacionais não pode acontecer sem que se criem, preservem e promovam espaços verdes como zonas de lazer, recreio e áreas de conservação da paisagem e da biodiversidade; Considerando que a expansão e manutenção das zonas verdes implica, necessariamente, a consagração de um conjunto de regras e normativos que garantam a preservação e fruição daquelas por todos os cidadãos, zelando-se pela sua proteção e conservação, pelo que assume especial importância a criação de instrumentos regulamentares que permitam a prossecução desses objetivos. Por fim, considerando que em dois mil e dois o Município de Braga aprovou a postura sobre parques e jardins de zonas verdes, cuja atualização e revisão se aconselha, ajustando-a às novas realidades do Município e às atuais preocupações com a natureza e o meio ambiente. Face ao exposto, a Assembleia Municipal Braga recomenda ao Município a elaboração de um documento que regule as atividades ligadas ao funcionamento e gestão dos espaços verdes municipais ou sob gestão municipal em complementaridade ao seu código regulamentar publicado no Diário da República, segunda série, de vinte e seis de outubro de dois mil e dezasseis e demais legislação em vigor ou em preparação, visando ir ao encontro das orientações das Nações Unidas no sentido

da promoção de políticas que assegurem o desenvolvimento sustentável do concelho, ajustando-a às novas realidades do Município e às atuais preocupações com a natureza e meio ambiente. Estabelecer princípios e definir regras que assegurem uma correta utilização dos parques e espaços verdes municipais ou sob gestão municipal pelos munícipes e utentes bem como a sua preservação e conservação. Valorizar todo o património arbóreo do município enquanto monumento vivo, salvaguardando exemplares únicos que, por vezes, se encontram ameaçados, constituindo desta forma um património excecional do ponto de vista de proteção dos recursos genéticos, bem como de um recurso turístico de elevado potencial e, finalmente, a mais valia para o enriquecimento do município nas vertentes ecológica cultural e paisagística. Introduzir os princípios orientadores da norma de Granada sempre que haja necessidade de valoração do material do vegetal designadamente por dano ou para efeitos de análise custo benefício que não se encontrava prevista na anterior regulamentação municipal. Por fim, disciplinar de forma coerente e transversal toda a gestão e manutenção dos espaços verdes, independentemente das entidades por elas responsáveis. Trata-se de um documento que se pretende criar as bases para uma regulamentação eficaz da gestão dos espaços verdes. Um documento, de facto, que tem em consideração a evolução histórica dos espaços verdes em Braga e do próprio conceito de espaços verdes. Trata-se de uma proposta que tem a ver com as necessidades atuais, as tais exigências em matéria ambiental. No fim, trata-se de uma proposta que se preocupa em dar resposta ao presente, sem comprometer as gerações vindouras. E porque em matéria de espaços verdes, como já disse nesta Assembleia, temos que pensar os espaços verdes, numa perspetiva de quarenta a sessenta anos e não de dois a quatro anos”. Depois usou da palavra o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para

destacar que, de facto, aquela recomendação, não era a recomendação que o Bloco apresentou ali. Era uma recomendação muito mais vasta, tinha a ver com a gestão dos espaços verdes, eventualmente, até, poderiam estar de acordo com ela, mas, de facto, a recomendação do Bloco tinha em vista direta, e por isso a sua urgência, o património arbóreo da cidade. Não tinha a ver com os espaços verdes, nem como os internos, relativamente à cidade, nem os externos. Era, de facto, o regulamento municipal para a intervenção do arvoredo urbano. Era diferente. Era evidente que a Comissão podia até ter essa preocupação, bastava-lhe dizer que iria fazer um regulamento para os espaços verdes, com uma componente concreta sobre o arvoredo urbano, que a grande parte dele nem sequer estava inserida em espaços verdes, eram árvores que estavam disseminadas pelas ruas e, portanto, que não podiam ser enquadradas em espaços verdes. E, provavelmente, porque não era a recomendação do Bloco de Esquerda era que também, sem desconsideração, de modo algum, por quem a apresentou, o relator do trabalho da Comissão, se fosse a recomendação do Bloco de Esquerda devia, de facto, conceder-se que fosse o Deputado do Bloco de Esquerda a apresentar a recomendação, “o que me parece que, aqui, o meu amigo Granja que me desculpe, mas, de facto, aquela intervenção dele, no início, relativamente à Deputada Alexandra Vieira, foi um bocado precipitada, porque no melhor pano cai a nódoa e, portanto, as coisas aqui também não andaram muito bem”. O **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE URBANISMO, PLANEAMENTO, AMBIENTE, TRÂNSITO E PROTEÇÃO CIVIL, JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA** usou da palavra para informar que chegou à Comissão uma recomendação com origem no Bloco de Esquerda, para a criação de um regulamento para a intervenção no arvoredo urbano. A Comissão reuniu, achou que não fazia sentido criar um regulamento específico para o arvoredo urbano, até porque havia mais

árvores para além do perímetro urbano, esqueciam-se que Braga, não era só Braga cidade, era Braga concelho. Então o que todos, e aí foi todos, incluindo a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, concordaram que fazia todo o sentido em elaborar um regulamento para os espaços verdes, não apenas para o arvoredado, mas para os espaços verdes. Relativamente a ser a Sra. Deputada ou o Sr. Deputado Raul Rodrigues a apresentar a proposta, o convite partiu da sua parte ao Sr. Deputado que teve, de facto, o trabalho principal ao elaborar aquele documento e que, repetia, foi aprovado por unanimidade. Houve um pedido da Sra. Deputada do Bloco de Esquerda de um tempo, um dia ou dois, para ver se tinha outra posição, passou esse dia ou dois e a Sra. Deputada não disse nada. Portanto, à partida, estava aprovado. Houve um outro tempo em que enviou a proposta final para todos e a Sra. Deputada pediu mais umas horas e passaram as horas e a Sra. Deputada não disse nada. Até que enviaram a proposta, que foi consensualizada e sobre a qual ninguém se manifestou contra. Nesse sentido, aquela era uma proposta que mereceu o acolhimento e a aprovação de todos os elementos, de todos os grupos municipais na Comissão e, portanto, acho estranho haver qualquer renitência perante ela. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. A **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA** fez uma **Declaração de Voto**, referindo que o B.E. gostaria de chamar a atenção para, que efetivamente, a moção ou recomendação que o Bloco de Esquerda ali apresentou e baixou à Comissão, não era a mesma coisa que resultou daquele trabalho consensualizado e que foi um trabalho positivo, colaborativo, no qual o Bloco de Esquerda participou, também, ativamente, e como puderam ver, aprovou, sem hesitação. Achavam era que pelo facto de o documento não conter a expressão e a especificidade, relativamente ao arvoredado urbano, que mereceria, da sua parte, a apresentação de uma outra

moção redefinida, já era a terceira vez ou pelo menos a quarta vez, que tentaram fazer aprovar um regulamento sobre o arvoredo urbano, no sentido de o salvar e tinha sido sempre criado aquele tipo de entraves. Que se registasse também que o precedente que se abriu foi, de facto, a moção ter sido apresentada pelo B.E. e, de facto, ter sido transformada num documento completamente diferente, tanto que, até quem o foi apresentar, não foi a Deputada do Bloco de Esquerda, foi o Deputado do PSD. **PONTO NÚMERO DEZ – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES. O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E TURISMO, JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** usou da palavra para relevar, sobretudo, o trabalho daquela Comissão, relativamente a duas jornadas que foram promovidas, durante o mês de maio, relativamente ao impacto da pandemia sobre questões laborais, sobre questões sociais e sobre questões económicas. Chegou-lhes, hoje, o relatório completo de setenta páginas, que com a anuência da Sra. Presidente, seriam remetidos a todos os Senhores Deputados e ficaria disponível para todos os cidadãos Bracarenses, que assim o quisessem. Devia dizer que essas jornadas foram de grande importância, foram sobretudo jornadas de reflexão relativamente aos impactos e aos efeitos que esse drama atingiu todos, não diria por igual, mas de qualquer forma deixou estragos significativos na economia bracarense. E, portanto, para além disso tiveram uma reflexão que passou pelas empresas municipais e pela Associação Comercial, agora Associação Empresarial. Também tiveram algumas empresas, tiveram uma Académica e, no final, Sindicatos e, no final, foi encerrado pelo Sr. Presidente da Câmara. Essas jornadas serviram, por um lado, para refletirem relativamente a uma situação que hoje os apoquentava de forma muito grave. Também para ser servida pedagogia e de alerta onde, aliás, durante esses dois dias, houve um

constante pedido de confinamento, de atitudes positivas para combater esse drama e perceberam, de forma mais profunda, aquilo que se passou no concelho de Braga, as medidas que foram adotadas e também as propostas de relançamento da economia. Não os queria demorar mais, porque teriam depois acesso a esse trabalho, mas queria aproveitar para agradecer a todas as pessoas que estiveram envolvidas na dinâmica daquele trabalho, desde logo, a Comissão, de uma forma especial o Rui Marques, que coordenou esse trabalho e a todos os oradores, a quem depois por escrito, a Comissão iria agradecer. Por último e porque entenderam que também a Assembleia Municipal tinha que ser dignificada, a própria Assembleia Municipal tinha que dar a entender a quem estava lá fora, que muitas vezes não se confinava, mas que passava para o exterior, discutia as questões no exterior, a questão das jornadas serviu também para isso e serviu para uma outra coisa, serviu para mostrar que essas jornadas foram uma boa prática e, por isso, numa atitude conjunta com a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, a quem queria agradecer, hoje, de viva voz, toda a disponibilidade que deu ao trabalho da Comissão, e foram trinta e seis reuniões que fizeram, um aprofundamento daquilo que foi a atividade do Município, para estarem mais preparados para ali poderem debater e acertar soluções para o Município. Dizer que da parte da Sra. Presidente receberam toda a disponibilidade, no qual também juntava o Sr. Presidente da Câmara, porque dessa forma dignificaram o trabalho. E quando alguém ali disse, há pouco, que efetivamente o trabalho das comissões era um trabalho importante, era capaz de dizer, quase de certeza absoluta, que no distrito de Braga, só a Assembleia Municipal de Braga tinha comissões. E para a vida democrática do Município e da Assembleia elas foram importantes, porque todas as quatro comissões tiveram um trabalho de grande qualidade. A Comissão de Atividades Económicas,

Empresas Municipais e Turismo, também para dignificar e numa atitude conjunta, candidataram as jornadas sobre os efeitos da pandemia no tecido económico, nas implicações laborais e profissionais e sociais do Município de Braga, a um Concurso de Boas Práticas promovidas pela Associação Nacional de Assembleias Municipais, também para dar um sinal de que em Braga se faziam coisas diferentes, que se abordavam questões globais de forma diferente e esperavam, sinceramente, que também a Assembleia Municipal de Braga saísse dignificada com essa candidatura. Diria que a duas reuniões para terminarem o trabalho da Comissão, dizer à Sra. Presidente, valeu a pena e agradecer de viva voz, mais uma vez, a todos os membros da Comissão. Mais uma vez destacar o Deputado João Granja, que sempre com o seu grande espírito interventivo, a par de todos os outros, deu grande validade a todos os debates que tiveram, sempre feitos de forma consensual na parte final, na pluralidade ideológica de todos os membros, mas, naturalmente, sempre a pensar naquilo que era o interesse maior da Comissão que era o interesse dos Bracarenses. Sra. Presidente, mais uma vez, porque não haveria mais pontos daqueles até às próximas eleições, muito obrigado pela colaboração que teve com a Comissão e naturalmente, a Assembleia Municipal de Braga e a própria Presidente saía dignificada com isso tudo.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE URBANISMO, PLANEAMENTO, AMBIENTE, TRÂNSITO E PROTEÇÃO CIVIL, JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA também usou da palavra para dizer que nos últimos tempos a Comissão reuniu duas vezes para o trabalho que foi objeto da discussão e aprovação no ponto nove e outras duas, uma com o Sr. Vereador do Ambiente, Engenheiro Altino Bessa, para tratar da questão das descargas ilegais no Rio Este, onde puderam conhecer mais em detalhe pormenores e dificuldades de quem fazia a gestão em resolver o problema e reuniram uma outra vez com o Sr.

Engenheiro Altino Bessa, também, e o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Agere, Rui Morais, para tratar da questão da ETAR de Frossos, problemas e soluções, tendo em vista também a construção da nova ETAR. Sendo esta, provavelmente, a última vez que iriam falar de Comissões na Assembleia, queria agradecer a todos os membros que faziam parte daquela Comissão da a que presidia, agradecer-lhes a colaboração, o respeito que houve, o diálogo que decorreu sempre de forma muito cordata. Discutiram, debateram, produziram alguns documentos e, no fim, foram capazes de chegar a consensos, que poderiam também contribuir para a melhoria da vida no nosso concelho. **PONTO NÚMERO ONZE – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, quatro, cinco, seis, sete e nove, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. A **SRª. PRESIDENTE DA MESA** informou que ainda se iria realizar uma Assembleia extraordinária no mês de julho. **ENCERRAMENTO:** À uma hora e vinte e cinco minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de vinte e cinco de junho de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.